

REVISTA CIENTÍFICA

---

# SOPHIA

ISSN: 2127-2511  
ISSNe: 2317-3170  
V.I  
N.01

2022



EDITORA  
AVANTIS





14<sup>a</sup> Edição

REVISTA CIENTÍFICA

---

# SOPHIA

## **Corpo Editorial**

### **Editores-honorários**

João Jorge Fernandes Júnior  
Adriano Rogério Goedert

### **Editor-chefe**

André Cláudio de Assunção

### **Editor-adjunto**

Luiz Fernando Marquez Arruda

### **Editores-associados**

Beatriz Faht  
Cácia Signori  
Cláudio Francisco Brogni  
Francielle Colovini  
Júlio César Couto de Souza  
Michelle Benedetti Teixeira  
Maciel Alencar Bruxel  
Pedro Funari Rigatti  
Rafael Gustavo de Liz  
Rodrigo Cé



**UniaVan**  
INTELIGÊNCIA ► ACADÊMICA



EDITORA  
AVANTIS

Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo dos textos, detendo os direitos sobre os artigos. A revista não restringe o gerenciamento dos *copyrights* por parte dos autores. Todos os artigos desta revista obedecem a licença *Creative Commons - Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)*.

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca da Faculdade Avantis  
Bibliotecária Aline M. d'Oliveira CRB-14 1063

### **Revista Científica Sophia**

Sociedade Civil Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda. –  
Centro Universitário Avantis - UNIAVAN. Balneário Camboriú, SC.:  
Faculdade Avantis, 2023.  
v. 14, n1, jun. 2022.

Anual

ISSN: 2176-2511

ISSNe: 2317-3270

1. Administração Pública. 2. Nutrição – Marketing Digital. 3. - Esporte -  
Distúrbio Osteomioarticulares. 4. Tutoria Humanizada. 5. Bispado – Juiz de  
Fora. 6. Revista Científica - Multidisciplinar. 7. Periódico.

## **Sumário**

<b>TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>8</b>
<b>MARKETING DIGITAL POR NUTRICIONISTAS NO INSTAGRAM .....</b>	<b>29</b>
<b>PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS OSTEOMIOARTICULARES E FREQUÊNCIA DE SENTIMENTOS RELACIONADOS AO ESPORTE EM ATLETAS DE VOLEIBOL MASCULINO .....</b>	<b>38</b>
<b>TUTORIA HUMANIZADA: A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM CURSOS SUPERIORES EAD .....</b>	<b>53</b>
<b>O PRIMEIRO BISPADO DE JUIZ DE FORA DIANTE ASPECTOS SECULARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....</b>	<b>74</b>

# TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Michelle Benedetti Teixeira<sup>1</sup>

André Cláudio de Assunção<sup>1</sup>

Cristiane Bastos Scorsato Nuncio<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Avantis - Uniavan

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10202235>

## RESUMO

Este artigo busca descobrir se o incremento na regulamentação dos instrumentos de participação social trouxe um maior engajamento da sociedade no âmbito de controle das políticas públicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. A relevância desta pesquisa está na necessidade de maior aprofundamento nos estudos sobre o tema, principalmente no que tange ao aumento do envolvimento dos membros da sociedade nas arenas de debates públicos, com a divulgação das ferramentas de participação da sociedade. Observa-se que a transparência, estimulada nesta última década em especial pela Lei de Acesso à Informação, fomenta a participação social e a ajuda na promoção da divulgação das formas de controle social aproximando a sociedade de seus representantes e fortalecendo o estado democrático.

**Palavras-chave:** transparência, controle social, democracia.

## ABSTRACT

This article seeks to find out if the increment in regulations of the social participation instruments has brought a greater engagement of society in the context of public control policies. The methodology used was the bibliographical research. The relevance of this research is the need of further deepening studies on the subject, especially in terms of the increased involvement of society members into the public debates arenas, with the tools dissemination for participation in society. It should be noted that the transparency, stimulated in the last decade, in particular by the Law on Access to Information, promotes social participation and helps promoting the dissemination ways of social control approaching society of their representatives and strengthening the democratic state.

**Keywords:** transparency, social control, democracy.

## INTRODUÇÃO

Segundo Gruman (2012), a administração pública tem sido alvo de controvérsias a respeito da transparência de seus atos. A transparência dos atos administrativos torna-se essencial nos países democratizados. A cobrança da sociedade por mais visibilidade dos atos de seus representantes, o simples

acesso às informações e qualidade destas, são aspectos imprescindíveis na sociedade atual.

Ainda nas palavras de Gruman (2012): “O acesso à informação é um instrumento, um meio para se alcançar um fim, a eficácia das políticas públicas”.

Nesta esteira, as recentes revelações de redes de corrupção mostram como atos de desvios encontram oportunidades propícias para propagação em ambientes nos quais a gestão pública pode esconder informações por julgá-las impróprias para o acesso generalizado. (ALVES e FRIEDRICH, 2017). No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, busca tornar menos obscuro o conhecimento da informação por parte dos cidadãos, no que se refere à forma como os nossos recursos públicos são geridos.

Portanto, uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública e, para que essa expectativa se torne realidade, é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas. A participação social consiste em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se confundindo com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado (ASSIS; VILLA, 2003).

No Brasil, a participação social e as ferramentas disponíveis de controle social, como as audiências públicas e os Conselhos Municipais tem um papel fundamental neste novo modelo de sociedade mais participativa, opinativa e fiscalizadora.

Diante disto, o questionamento norteador desta pesquisa é saber os impactos das recentes legislações que visam o aumento da transparência e o controle social das políticas públicas?

Nosso objetivo a partir da identificação dos conceitos de controle social, transparência, *accountability* e governança pública, verificar o controle social na legislação brasileira e apresentar as atuais ferramentas de participação social no Brasil por meio da averiguação da natureza dos instrumentos legais de controle social das políticas públicas.

Trata-se de um estudo de natureza exploratória, com abordagem qualitativa do problema, tendo as informações necessárias sido obtidas através de livros, artigos científicos, literatura especializada e legislação.

O artigo está estruturado com uma introdução, seguida de três capítulos. O primeiro aborda a relação dos conceitos de transparência, *accountability* e governança pública. O segundo capítulo aborda a questão do controle social no Brasil e o terceiro capítulo trata das ferramentas de participação social, como audiências públicas e os conselhos municipais. Ao final são tecidas as considerações finais e as referências bibliográficas.

## **GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Ao falar-se sobre governança pública é impossível não passar pelos conceitos de *accountability* e transparência. A gestão democrática inclui a obrigação dos servidores públicos de estarem atentos ao mercado, às normas legais, aos valores comunitários e aos interesses dos cidadãos. Assim, o dever de transparência e de prestação de contas aos órgãos estatais competentes e para a própria sociedade é de vital importância para consolidação da governança pública. (BLIACHIRIENE, RIBEIRO e FUNARI, 2013)

Para Denhardt e Denhardt (2000), a boa governança implica valorizar as pessoas, e não apenas a produtividade. Seria a ideia de cooperação e liderança alinhadas e compartilhadas, com a participação de todos os agentes, valorizando o servidor público e a própria cidadania.

É necessário compartilhar poder e trabalhar com pessoas. A boa governança pressupõe legitimidade e legitimação do exercício do poder. Desenvolve-se, assim, o conceito de governança pública, que deve estar vinculada a três aspectos: participação social nas etapas decisórias, executórias e de controle das políticas públicas, legitimidade do exercício do poder. (BLIACHIRIENE, RIBEIRO e FUNARI, 2013)

A governança adota princípios como a transparência e a *accountability* para propor práticas de controle e acompanhamento da administração, a fim de evitar os problemas da relação agente e principal. (BIZERRA, 2011).

Para Souza e Siqueira (2007), o termo governança pública é uma evolução do termo nova administração pública. Pode-se definir como o conjunto de princípios básicos e práticas que conduzem a administração pública ao

alcance da eficiência, eficácia e efetividade nos seus resultados, através de um melhor gerenciamento dos seus processos e de suas atividades, promovendo a prestação de contas responsável (*accountability*) e a transparência de suas ações (BIZERRA, 2011).

A transparência está associada à divulgação de informações que permitam que sejam averiguadas as ações dos gestores e a consequente responsabilização por seus atos.

Na definição de transparência são identificadas características em relação à informação que deve ser completa, objetiva, confiável e de qualidade e deve ser compreensível em todos os canais de comunicação (ALÓ, 2009). A transparência engloba os seguintes atributos: acesso, abrangência, relevância, qualidade e confiabilidade, segundo Vishwanath e Kaufmann (1999).

Uma informação parcial não conseguirá ser transparente; existirá sempre lacuna impedindo os interessados de terem acesso ao conteúdo necessário para compreensão dos fatos e atos administrativos ali praticados. A objetividade da informação facilita o entendimento sobre a matéria analisada. A exposição de forma direta, sem rodeios e livre de excessos de dados, contribui muito para a tomada de decisão e para o esclarecimento dos cidadãos.

A confiabilidade é a garantia de que a informação resulta da realidade vivida pelo órgão. Ela precisa ser legitimada pelos órgãos de fiscalização, proporcionando segurança ao cidadão de que a informação é fidedigna. Como afirma Welch e Hinnant (2003), confiabilidade das informações é uma medida adequada de construção de transparência.

Para o exercício da democracia é essencial que as ações dos governantes sejam divulgadas e assim quando tornadas públicas possam ser esmiuçadas, julgadas e criticadas (BOBBIO, 1987).

Já a compreensão do que está sendo exposto é fundamental para qualificar uma informação como transparente. Para Florini (1999), a transparência requer a existência prévia de um padrão comum de comportamento que propicie uma melhor aplicabilidade da transparência. De forma a contribuir para a formação de um padrão, no Brasil foram sancionadas duas importantes leis: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº. 101/2000) e a Lei de Acesso a Informação (LAI - Lei nº.

12.527/2011), ambas vão ao encontro da necessidade de maior envolvimento social na gestão de políticas públicas.

A informação precisa, suficiente e de fácil entendimento para o cidadão comum é fundamental para o controle social. A transparência e participação social são conceitos indissociáveis, interdependentes e intercambiáveis. A transparência revestida do conceito de *accountability* se torna um poderoso instrumento de participação social. (SANTOS, 2010)

Segundo O'Donnell (1988), um dos pioneiros a tratar da questão da *accountability*, pode-se classificar os controles da gestão pública em institucionais e sociais. Nos países democráticos as estruturas de controles institucionais da gestão pública são compostas pelo controle parlamentar e pelos controles administrativos. São os chamados mecanismos de controle e responsabilização horizontais (*accountability* horizontal). O cumprimento de normas e princípios da Administração Pública é exercido por órgãos públicos com competência para o exercício dessa função: Poder Judiciário, Procuradorias de Justiça, Tribunais de Contas e Órgãos de Controles Internos. Já o controle social diz respeito à atuação dos cidadãos, individualmente, ou por meio de organizações da sociedade civil, por ocasião da formulação e no acompanhamento da execução das políticas públicas, controle conhecido como *accountability* vertical.

Prossegue O'Donnell (1988) esclarecendo que o controle social da Administração Pública, ou *accountability* vertical, é o controle exercido pelos cidadãos na forma de reivindicações ou contestações dos atos das autoridades públicas, de forma livre e direta, individualmente ou por meio de organizações.

A *accountability* a que nos referimos neste artigo é aquela relacionada ao controle que permite disponibilizar as regras, regulamentos e mecanismos para cobrar dos agentes públicos justificativa para suas ações. Também que permita responsabilização por falhas, ou contra a lei ou contra os compromissos e contratos firmados, no desempenho de suas funções. É nesta esteira de fiscalização e participação que surge o controle social.

O conceito de controle social está intimamente relacionado ao de participação, de maturidade política e de colaboração entre governo e sociedade, na busca por soluções para os conflitos do processo social, tendo

como norteador o bem comum e o combate à injustiça social (MALAQUIAS, 2015).

Para Mileski (2005), os princípios da transparência e da participação popular são a base para o exercício do controle social sobre os atos da Gestão Pública, mesmo que não alcancem um grau de satisfação desejado. Mas para que este controle seja eficaz, carece das ações do controle oficial, devendo atuar como aliado em prol de objetivos comuns, vislumbrando arraigar a cultura da participação na sociedade, criando uma consciência popular que saiba ser representativa e que faça cumprir seus direitos, buscando garantir a conformidade com as normas e opor-se às práticas de corrupção.

Segundo Lima (2008), em uma democracia, “o controle social é exercido desde o processo de elaboração das políticas públicas, por exemplo, mediante consultas e audiências públicas, até o acompanhamento e monitoramento de sua execução”.

Na ótica de Mileski (2005) torna-se imperativo o desenvolvimento da consciência popular como primeira condição para uma democracia participativa. Só a partir do fortalecimento de aspectos culturais fundados em fatores de essência democrática que o cidadão poderá exigir observância ao princípio da transparência e ao poder de influência nas políticas públicas a fim de exercer o controle social. Um controle social firme e atuante auxilia na prevenção da corrupção, pois quando a sociedade está atenta à atuação dos gestores e fiscaliza a aplicação do dinheiro público, as chances de ocorrerem desvios e irregularidades tendem a diminuir. Para isso acontecer, porém, é necessário haver acesso disponível às informações, e estas devem ser transparentes e inteligíveis. O acesso à informação, a transparência e a participação popular na gestão pública são fatores indispensáveis para o efetivo exercício do Controle Social.

## **CONTROLE SOCIAL NO BRASIL**

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, que priorizou a descentralização político-administrativa, conferindo maior autonomia aos Estados e principalmente aos municípios, cresce de importância a participação política do cidadão. Se dentre os princípios fundamentais da República a Constituição prevê que todo o poder emana do Povo, que o exerce por

intermédio de seus representantes eleitos, ou diretamente com as ferramentas na própria Constituição elencadas, não se pode deixar de referir sempre o caráter constitucional dessa participação social em todas as etapas das políticas públicas.

Se o Povo é detentor do poder, concedendo seu exercício a representantes eleitos, poderá ele participar de todo o processo de implantação das políticas públicas, incluindo a participação na detecção dos problemas sociais, a discussão da agenda, a formulação, a fiscalização e a avaliação das políticas públicas.

Como refere Alves e Friedrich (2017):

Vê-se, portanto, que as bases de empoderamento do indivíduo no seio social onde vive, principalmente no âmbito local, passa por conceitos como democracia, participação política e deliberação. Os direitos de participação política fazem parte da própria essência humana, no sentido de uma constante busca pela construção de um sistema democrático, enquanto membro de uma coletividade. Seja como uma consequência natural, como acredita Aristóteles (1985, p. 1252a-1252b), seja por uma consequência convencional, como defende Rousseau (2015, p. 11) o ser humano é um animal político. (ALVES; FRIEDRICH, 2017)

É na democracia que se encontra o ambiente mais favorável ao exercício dos direitos de participação política com o empoderamento do indivíduo propiciando o direito de participar ativamente em todo o processo das políticas públicas. No contexto brasileiro, o engajamento do cidadão na vida pública do país ainda encontra sérias dificuldades. Como exemplo cita-se a baixa participação popular nas audiências públicas, verificando-se uma apatia política e uma ausência de meios para incentivá-la.

Fontana e Schmidt (2015), apresentam algumas reflexões, como o que pode explicar a inexistência de uma participação em massa da sociedade nas audiências? Seria a falta de uma linguagem acessível ao cidadão comum? Seria a ausência de um ambiente de diálogo? Seria a falta de divulgação adequada da realização das audiências e dos seus resultados? Seria a falta de aproximação com as comunidades e as redes de sociabilidade? Os autores concluem que as respostas a essas questões passam pela falta de uma “cultura participacionista” do povo brasileiro, somada, dentre outras, às questões procedimentais que impõem obstáculos à formação de um consenso dialógico no âmbito destas

audiências, bem como a falta de um esforço real dos governantes em dar valor às demandas e posições apresentadas pelos participantes. Ou seja, a falta de participação nas audiências públicas é multifatorial. Não basta a divulgação das datas, a aproximação das comunidades, a linguagem mais acessível. É necessário o efetivo empoderamento do cidadão, para que se sinta parte de um todo. Assim poderíamos motivar e fazer a sociedade comparecer em peso nas audiências públicas.

Alves e Friedrich (2017) discorrem que para uma participação qualitativa do cidadão nesses espaços, há de haver a reciprocidade estatal, no sentido de abrir as portas ao cidadão, dialogar e reconhecer seus anseios, sugestões e decisões. Sem esta, para que se demonstre que a participação social vale a pena, o espírito de pertencimento comunitário não será despertado. A despeito disso, tivemos muitos progressos, em especial nas últimas duas décadas quando se fala em controle social no Brasil.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº. 101/2000, surgiu como resposta a uma das exigências de acordo entre o Brasil e o FMI - Fundo Monetário Internacional, em 1998, para efetivação de um programa de ajuda financeira. Naquele momento era necessário um controle das contas públicas. E foi assim, após dez anos de promulgação da Constituição Federal, que se iniciou a elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com adoção de medidas estruturais para todos os entes da Federação, regulamentando o art. 163 da CF/88, contribuindo para a transparência dos atos administrativos e para a gestão fiscal responsável. (MALAQUIAS, 2015)

Conforme Khair (2000), a lei está fundamentada em três princípios básicos: imposição de limites para os gastos públicos, atribuição de responsabilidades ao gestor, e transparência na sua atuação. Apoia-se, contudo, em quatro pilares, ou seja: planejamento, controle, transparência e responsabilidade do gestor público. Em especial nos últimos anos tem-se dado relevância ao quarto pilar, a responsabilidade do gestor público pelos seus atos.

Conforme Chieza (2008), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem como objetivo definir princípios norteadores de gestão fiscal responsável, estabelecendo limites para o endividamento público e para despesa de caráter continuado. O estabelecimento de metas fiscais possibilita que o governante consiga planejar as receitas e as despesas, podendo corrigir os problemas

financeiros que possam surgir no meio do caminho. Com as metas fiscais e as prestações de contas fica mais fácil a realização dos objetivos, ou seja, a gestão fiscal responsável.

A questão da transparência também possui destaque na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em especial nos artigos 48 e 49 do referido diploma legal. No art. 48, relaciona alguns instrumentos de transparência da gestão fiscal: Planos, Orçamentos, Leis Orçamentárias, Prestações de Contas, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, dentre outros. Tais instrumentos de transparência são divulgados em meios eletrônicos e em tempo real, conforme determina a Lei Complementar no 131/2009, e também as audiências públicas de prestação de contas, nas quais os cidadãos são convidados a participar.

Também devem as contas públicas serem escrituradas e consolidadas conforme as respectivas disposições legais, de forma a promover um controle e uma eficaz fiscalização orçamentária e fiscal.

A Lei Complementar nº 131/2009 incluiu dispositivos que integram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta lei foi implementada de forma progressiva, e no seu art. 73 conferiu prazos diferenciados para que os municípios se adaptassem à disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.

Essas leis constituem importantes avanços na promoção da transparência. O descumprimento por parte dos entes da federação implica na possibilidade de impedimento de receber transferências de recursos da União. A utilização desses sistemas integrados permite detalhamento total do emprego dos gastos públicos, facilidade na apuração de irregularidades com o dinheiro público, recolhimento de impostos na fonte, execução orçamentária dentro dos prazos previstos, além de rapidez na informação e qualidade no trabalho do gestor público (STN, 2015).

Outra importante lei no que diz respeito ao controle social é a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso às informações de interesse particular por

parte do cidadão, ou de interesse coletivo ou geral. Estas informações devem ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Esta lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o fim de garantir o acesso da população às informações relativas à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas. Entidades e órgãos públicos passaram a ser obrigados a disponibilizar à sociedade, informações que, embora produzidas e mantidas pela Administração Pública, são de extremo interesse da coletividade, na sua condição de destinatária e fiscal dos serviços prestados pelo Poder Público.

As informações a que esta lei se refere são conceituadas em seu art. 4: “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. O acesso a essas informações independe de solicitação ou justificativa, conforme o disposto no § 8º do art. 10 e são gratuitos (art. 12).

No que diz respeito ao conteúdo dessas informações, a Lei de Acesso à Informação (LAI) exige que seja divulgado, no mínimo, o registro das competências e da estrutura organizacional das entidades e dos órgãos públicos, os endereços e telefones das respectivas unidades, bem como os horários de atendimento ao público. Também devem ser publicados quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros e informações sobre despesas e licitações, inclusive os editais, seus resultados e os respectivos contratos. Exige, ainda, que sejam fornecidos dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do governo, bem como as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade, entre outros.

Outro aspecto importante refere-se à gratuidade do acesso, garantido pelo art. 12, salvo “nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados”. A abrangência da Lei de Acesso à Informação (LAI) compreende todos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os Tribunais de Contas e os Ministérios Públicos, assim como as autarquias, as fundações e as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades

controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ademais, municípios com população de até 10 mil habitantes estão dispensados da publicação de algumas das informações elencadas pela Lei de Acesso à Informação na internet. Mantém-se, porém, a exigência de divulgação, em tempo real, de dados relativos à sua execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (MALAQUIAS, 2015)

Apenas em alguns casos, em que as informações não possam ser prestadas em razão de diversos fatores, é permitido o não fornecimento. São informações classificadas como reservadas, secretas ou ultrassecretas (art. 30 da LAI- Lei de Acesso à Informação). Tratam-se de situações extraordinárias, nos exatos termos da lei. A expedição de documento classificada em grau de sigilo reservado será feita pelos meios de comunicação disponíveis, com recursos de criptografia compatíveis com o grau de sigilo ou, se for o caso, por via diplomática, sem prejuízo da entrega pessoal. O acesso a elas é restrito por 5 anos. A expedição de documento classificada em grau de sigilo secreto será feita pelos meios de comunicação disponíveis, com recursos de criptografia compatíveis com o grau de sigilo ou, se for o caso, por via diplomática, sem prejuízo da entrega pessoal. O acesso a essas informações será restrito por 15 anos. Já a expedição, a condução e a entrega de documento, classificadas em grau de sigilo ultrassecreto serão efetuadas pessoalmente, por agente público autorizado, ou transmitidas por meio eletrônico, desde que sejam usados recursos de criptografia compatíveis com o grau de classificação da informação, vedada sua postagem. O acesso restrito a estas informações será por 25 anos, prorrogável por uma vez. (Lei no 12.527/2011 e Decreto 7.845/2012)

A Lei de Acesso à Informação (LAI) é, assim, uma valiosa ferramenta de controle externo e social, que juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) constituem instrumentos válidos para o controle social efetivo no Brasil, possibilitando a fiscalização e acompanhamento de perto da gestão dos recursos públicos.

#### **4 FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

O Brasil apresenta atualmente diversas ferramentas de participação social. Dentre elas destacam-se os portais da transparência, as conferências, os

conselhos municipais ou conselhos de políticas públicas, as audiências públicas e o orçamento participativo.

Segundo Figueiredo e Santos (2013), os Portais da Transparência são web sites que contêm as informações relativas às finanças públicas das instituições, constituindo-se na ferramenta mais usual e difundida, onde os dados, em grande parte, ficam disponíveis em sítios de órgãos oficiais, ou dos próprios entes federativos. Nos locais virtuais mais democráticos os dados são transformados em informações mais compreensíveis ao público em geral, fazendo com que a participação da população – o controle social – possa cotejar essas informações à realidade local, detectando eventuais inconformidades, subsidiando os órgãos oficiais na busca por um processo fiscalizatório mais efetivo, conforme prevê o art. 48 da Lei Complementar no 131/2009. No Brasil, verifica-se a existência de portais autônomos e independentes como o portal Transparência Brasil (<http://www.transparencia.org.br/>) constituídos por grupos não governamentais mais concentrados no combate à corrupção. Nestes sites são trazidos estudos a respeito de desvios e do mau uso dos recursos públicos, servindo para difundir o conhecimento sobre a matéria. Esses sites governamentais e não-governamentais são ferramentas importantes na promoção da transparência nacional, diminuindo as barreiras existentes entre a informação e o cidadão.

As Conferências são instrumentos em que a sociedade é convidada a debater determinada política pública, opinando sobre a condução daquela atividade específica. São eventos que devem ser realizados periodicamente para discutir as políticas sociais de cada esfera de governo e propor diretrizes de ação. As deliberações das conferências devem ser entendidas enquanto norteadoras da implantação das políticas e, portanto, influenciar as discussões travadas nos diversos conselhos. (BRAVO, 2009)

Já os Conselhos Municipais ou Conselhos de Políticas Públicas são importantes ferramentas de participação, pois se constituem no local aonde a sociedade civil se integra ao Conselho para fiscalizar a atuação e delinear as linhas de trabalho daquela área. Tem característica permanente e deliberativa. Segundo ALVES e FRIEDRICH (2017) para o efetivo funcionamento dos Conselhos é necessário a presença de alguns pressupostos, dentro os quais uma formação mais complexa e ampla, de modo a permitir a máxima

comunicação entre os diversos segmentos de representação. Também se faz necessária a divulgação das competências destes Conselhos, bem como modo e local de funcionamento, possibilitando uma interação entre ele e a comunidade a que se destinam as políticas públicas ali discutidas. Igualmente, seguem as autoras, deverá haver uma interlocução linguística, ou seja, uma real compreensão do que está sendo debatido, do conhecimento e compreensão do homem médio, de modo que os entendimentos sobre as políticas ali debatidas não resem incompreensíveis e a análise dos debates prejudicada. Dentre os conselhos mais atuantes podemos destacar o Conselho do idoso e Conselho de Saúde, dentre aqueles previstos no art. 31 da Constituição Federal.

Importante ser referido que não basta o Conselho estar funcionando, com a participação dos atores. Como refere ALVES; LEAL (2013), sendo interlocutores da cidadania, é necessário que essas pessoas saibam que sua participação será efetiva ao processo decisório, e por conseguinte, seu engajamento vale a pena. As pessoas precisam compreender que suas decisões e sua participação é sim necessária para as decisões ali tomadas. Para que a sensação de pertencimento seja real.

Sobre a atuação dos conselhos gestores na condição de representações fiscalizadoras da sociedade, os estudos demonstram que ainda há muito a ser feito para que se transformem em instrumentos efetivos no exercício do controle social. Neste sentido, refere Santos (2010):

Dentre as razões de ineficácia dos controles promovidos pelos conselhos, podem ser mencionados os seguintes fatores: falta de definição precisa das competências e atribuições dos conselhos; ausência de instrumentos jurídicos de apoio às suas decisões; falta de publicidade das informações necessárias para efetivar uma mobilização social para acompanhamento e participação nesses Conselhos; reduzido nível de consciência política da grande massa da população; carência técnico-educacional dos conselheiros para lidarem com informações de natureza jurídico- contábil.

Ainda que haja muito a ser feito, lançando-se um olhar para o passado é possível enxergar os avanços de ter esta forma de controle social, que cada vez mais ganha visibilidade, diante das campanhas de informação, em especial as realizadas pela Controladoria Geral da União, em sua página da internet. ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)).

Já as audiências públicas podem ser definidas como reuniões nas quais a sociedade é convidada a debater sobre determinado assunto, quer seja para uma definição futura, ou para a fiscalização de certa atividade. Tem o caráter consultivo, e não deliberativo, como os Conselhos Municipais. (BERNARDINI; MONTANDON, 2010). Exemplificativamente, as audiências públicas são exigidas pelo art. 58 da Constituição Federal de 1988, pelos arts. 9 e 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e pelo art. 44 do Estatuto das Cidades (Lei nº. 10.257/2001).

Em relação à audiência pública, regulamentada pelo inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esta é considerada um dos principais instrumentos de controle social e participação popular, garantindo a transparência da gestão fiscal por intermédio da participação popular durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

De acordo com Soares (2002), a audiência pública é uma troca de informação, isto é, de livre acesso que se dá por meio oral, entre o povo e uma autoridade, a respeito de algo de interesse público. Por isso, revela-se como uma das formas de transparência e de controle social da Administração Pública. Ademais, ela propicia ao particular a troca de informação com o administrador, em um genuíno exercício da cidadania.

Trata-se, portanto, de um mecanismo de participação pública em processos decisórios do Estado, realizado antes da edição de normas específicas, por exemplo. A utilização do recurso de audiências públicas permite garantir a legitimidade dos conteúdos, uma vez que estão de acordo com as demandas e a anuência da população (COELHO, 2004). Importante referir que existem as audiências públicas legalmente obrigatórias e as de convocação discricionária.

Como exemplos de audiências públicas legalmente obrigatória podemos destacar a prevista na Lei nº. 8.666/93, que prevê a realização de audiências públicas quando a licitação for de valor superior a R\$150 milhões. (Art. 39 da Lei nº. 8.666/93). Também é instituída pela Lei 13.139/15, que prevê a regulamentação dos terrenos de marinha, que deverá ser realizada pela União, preferencialmente, na Câmara de Vereadores do Município onde estiver situado o trecho a ser demarcado, a fim de serem colhidas plantas e informações e

prestar os esclarecimentos à população. Em municípios com mais de 100 mil habitantes a comunicação prévia da realização da audiência pública deve ser de no mínimo 30 dias de antecedência. (§3º. do art. 11 da Lei nº. 13.139/15)

Também são previstas na Lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população. No caso de haver impacto ambiental, a audiência pública é de caráter obrigatório para qualquer Ente da federação, conforme dispõe o Art 11, § 2º, da Resolução nº 01/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tendo por objetivo apresentar aos interessados o conteúdo do produto em análise e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito, conforme preceitua o Art 1º da Resolução nº 09/1987 também do CONAMA. (ALVES e FRIEDRICH 2017)

Na Lei 12.305/10, que trata do Plano Nacional de Resíduos Sólidos existe também a obrigatoriedade das audiências públicas.

A audiência pública, portanto, se caracteriza como importante instrumento de democratização, transparência e controle social, onde é explicitada a vontade da população por meio do seu manifesto. Porém, o grande desafio é a mobilização e participação da sociedade, o que não deixa de passar pela necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao empoderamento e participação política do cidadão. (ALVES e FRIEDRICH 2017)

Já o orçamento participativo (OP) apresenta-se como instrumento de participação social, permitindo que o poder público e o cidadão formulem a proposta orçamentária, tendo então uma atribuição do poder executivo compartilhada com a sociedade, o que valoriza o debate e enriquece as escolhas com o lastro da sociedade assistida. (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013). O orçamento participativo consiste numa nova forma de planejar os gastos públicos, é elaborado com a participação de indivíduos de diferentes classes sociais (não há necessidade de cadastramento prévio), promovendo a destinação da verba pública em projetos e atividades do interesse da coletividade. Assim como a audiência pública o orçamento participativo permite que o cidadão seja ouvido antes da realização do ato administrativo, discutindo

o planejamento das receitas e despesas. Foi uma ferramenta muito difundida no final dos anos 90. (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013)

Além dos instrumentos de participação social referidos no presente artigo, também podemos citar o plebiscito, a iniciativa popular de lei, o referendun, as plenárias de definição de orçamentos e as ouvidorias. E não menos importantes, os observatórios sociais também merecem referência. São instituições independentes (ONGs) que se ocupam das tarefas de acompanhar os gastos e fiscalizar as contas públicas e que foram constituídas a partir de iniciativas autônomas da sociedade, encontrando-se desvinculados de qualquer esfera de poder ou centro de influência normativa. (MAIA, 2010).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora tímidos alguns avanços são sentidos na sociedade com as ferramentas de controle social no Brasil, em especial nas duas últimas décadas. As recentes legislações que concedem maior transparência aos atos públicos conseguiram, ainda que de maneira incipiente, um engajamento político-social, visando o controle efetivo das políticas públicas.

Como visto, a atuação dos Conselhos Municipais, que varia de município para município, vem crescendo a cada ano. Ainda existem falhas, como apontam autores, e na interlocução entre o que é dito e o que é compreendido há uma barreira a ser superada.

A participação da população nas audiências públicas, bem como nas sessões dos orçamentos participativos também varia conforme a mobilização dos interesses locais. Há necessidade de esclarecimento e formas de empoderamento das lideranças de cada município, para que disseminem o conhecimento e a importância da participação social nessas audiências. Mas foram com estes instrumentos, trazidos com as novas legislações, que a população passou a se entender como parte do todo, com responsabilidade pelo que também é decidido em sua cidade, por exemplo.

Existem diversas formas de participação social por parte dos cidadãos, que tem hoje o poder de fiscalizar os atos administrativos de seus representantes, até mesmo sem sair de casa, acessando os portais de transparência, por exemplo.

Entretanto, são imensos os desafios capazes de conduzir a população brasileira a enxergar as possibilidades de mudança na condução das coisas públicas, através de sua participação e efetivo controle social.

Necessária a educação para a democracia, um movimento educacional no sentido político, que possa enfrentar o descrédito, o desinteresse político e o desencanto com a própria ideia de democracia. Ao se acreditar no exercício de uma participação concreta e na efetivação do controle social sobre aquilo que é público, implicando no resgate de valores éticos fundamentais como liberdade, respeito, dignidade, justiça, equidade, de modo a alavancar o sentimento e a esperança da população, hoje apática. Hannah Arendt, discorre sobre o poder e as realidades, afirmando que: “ o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidade” (ARENDR, 2007).

Impende destacar que a cultura tende a se perpetuar, e que só pode ser transformada por meio de um processo de construção social, demandado um tempo de maturação do aprendizado. (THOMAZ, 2012)

As ferramentas de transparência ainda merecem uma maior divulgação e conhecimento por parte da maioria da sociedade, mas inegável o imenso avanço em especial nos últimos anos. Sendo o acesso à informação cada vez mais democratizado, seja pela expansão da própria internet, seja pela facilidade de acesso a ela, entendemos que a consciência política da sociedade só tende a aumentar. Ou seja, o engajamento da população nas arenas de debates políticos teve um aumento considerável, se considerarmos os últimos vinte anos.

Conclui-se que em a mobilização da sociedade para participar, com efetivo engajamento cívico, resgatando seu papel principal – o de ser o destinatário das políticas públicas - será cada vez maior. Que as legislações que tratam das ferramentas de controle social e seus instrumentos participativos-consultivos consigam efetiva divulgação, para que cada cidadão se sinta incluído, para o sucesso das políticas públicas.

## **Referências**

ALÓ, Claudia Cappelli; LEITE, Júlio Cesar Sampaio do Prado. Uma Abordagem

para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos. Tese (Doutorado em Ciências - Informática) Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www-di.inf.puc-rio.br/~julio/tese-cappelli.pdf>, Acesso em 28/08/2023.

ALVES, Felipe Dalenogare; FRIEDRICH, Denise Bittencourt. O necessário empoderamento do cidadão à efetivação das políticas públicas no Brasil: a contribuição do capital social à efetiva participação nos instrumentos democrático-participativo-deliberativos/The necessary empowerment of the citizen. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 2, p. 725-753, 2017.

ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod\\_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf). Acesso em 28/08/2023.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Scatena, Tereza Cristina. O Controle Social e a Democratização da Informação: Um processo em construção. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online], 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16549.pdf>. Acesso em 10/10/2023.

BIZERRA, André Luiz Villagelim. Governança no setor público: a aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_APB1934.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1934.pdf). Acesso em 10/09/2023.

BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown; FUNARI, Marcos Hime. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. *Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP*, Belo Horizonte, ano 12, n. 133, p. 915,

BOBBIO, Norberto. Estado governo; por uma teoria geral da política. 14<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998. São Paulo: Atlas, 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar no 101 de 04 de maio de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 10 de outubro de 2023

\_\_\_\_\_. Lei Complementar no 131 de 27 de maio de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 12 de agosto de 2023

\_\_\_\_\_. Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm). Acesso em: 11 de

setembro de 2023

\_\_\_\_\_. Lei nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>.  
Acesso em 07 de setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>.  
Acesso em: 01 de outubro de 2023

\_\_\_\_\_. Lei nº. 13.139 de 04 de julho de 2016. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13139.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13139.htm)>  
Acesso em 07 de setembro de 2023

BRAVO, M.I.S. O Trabalho do Assistente Social nas Instancias Públicas de Controle Democrático. In: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em  
<<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/K27R5ULO0r1Qq31quL42.pdf>>.  
Acesso em 10/10/2023.

CHIEZA, Rosa Ângela. O Ajuste das Finanças Públicas à Lei de Responsabilidade Fiscal. 196p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em  
<[www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22630/000639822.pdf](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22630/000639822.pdf)>. Acesso em 10/10/2023.

COELHO, Vera Schattan P. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.

DA SILVA FIGUEIREDO, Vanuza; DOS SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. Transparência e controle social na administração pública. Temas de Administração Pública, v. 8, n. 1, 2013.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Janet Vinzant. The new public service: Serving rather than steering. Public administration review, v. 60, n. 6, p. 549-559, 2000.

FIGUEIREDO, Vanusa da Silva; Santos, Waldir J.L. Transparência e Controle Social na Administração Pública, 2013. Disponível em  
<<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/vanuza-da-silva-figueiredo.pdf>>. Acesso em 10/09/2023.

FLORINI, Ann. Does the invisible hand need a transparency glove? The politics of Transparency. 1999.

GRUMAN, Marcelo. Lei de Acesso à informação: notas para reflexão e um belo exemplo. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.3, p.97-108, set.-dez. 2012.

jan. 2013. Disponível em:

<<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/item/4849/Dlexibepdf.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 de outubro de 2023

KHAIR, Amir Antônio. Gestão fiscal responsável. BNDES: Porto Alegre, 2000.

LIMA, Luiz Henrique. Controle externo: teoria, legislação, jurisprudência e mais de 450 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MAIA, Luiza. Síntese. Revista TCE-RJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1 e 2, p. 50-67, jan./dez. 2010. Disponível em

<[www.ecg.tce.rj.gov.br/documents/454798/.../SinteseVol5-Num1-2-Jul-Dez2010.pdf](http://www.ecg.tce.rj.gov.br/documents/454798/.../SinteseVol5-Num1-2-Jul-Dez2010.pdf)>. Acesso em 28/08/2023

MALAQUIAS, V.C.C., Transparência e Controle Social da Gestão Pública no município de Ijuí/ RS. Disponível em

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131581/000979017.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 de setembro de 2023

MILESKI, Helio Saul. Controle social: um aliado ao controle oficial. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 22, n° 38, 2. sem 2005. Disponível em

<<http://www.mileskiadvogados.com.br/imagens/doutrina/artigos/12.pdf>>. Acesso em 07/10/2023

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua nova, v. 44, n. 98, p. 27-54, 1998. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 07/10/2017

SANTOS, Luiz Alberto dos. Controle Social e a Transparência da Administração Pública Brasileira. 2004. Disponível em <[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>.

Acesso em: 10 agosto de 2023

SOARES, Evanna. A audiência pública no processo administrativo, 2002.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46444>, Acesso em 18 de setembro de 2023.

SOUZA, Flávia Cruz de. SIQUEIRA, Jean Francisco. A convergência da nova administração pública para governança pública: uma análise dos artigos internacionais e nacionais publicados entre 2000 e 2006. São Paulo: 2010.

Disponível em

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos72007/563.pdf>>. Acesso em 10/10/2023.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFI., 2010. Disponível

em:<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/siafi>> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

THOMAZ, Oséias Guimarães. A Evolução Cultural do Gestor Público Brasileiro nas Reformas Administrativas. Revista dos Mestrados Profissionais - RMP , v. 1, p. 1, 2012, p. 29. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

VISHWANATH, Tara and KAUFMANN, Daniel. Towards Transparency in Finance and Governance. Draft: The World Bank, 1999. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/23743543\\_Towards\\_Transparency\\_in\\_Finance\\_and\\_Governance](https://www.researchgate.net/publication/23743543_Towards_Transparency_in_Finance_and_Governance)>. Acesso em 09/09/2023

WELCH, Eric W.; HINNANT, Charles C. Internet. Use, Transparency, and Interactivity Effects on Trust in Government. In: SYSTEM SCIENCES PROCEEDINGS OF THE ANNUAL HAWAII, 2003. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/2930347\\_Internet\\_Use\\_Transparency\\_and\\_Interactivity\\_Effects\\_on\\_Trust\\_in\\_Government](https://www.researchgate.net/publication/2930347_Internet_Use_Transparency_and_Interactivity_Effects_on_Trust_in_Government)> Acesso em 20.10.2023.

## MARKETING DIGITAL POR NUTRICIONISTAS NO *INSTAGRAM*

Renata Carvalho de Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Avantis - Uniavan

DOI: doi.org/ 10.5281/zenodo.10120767

### RESUMO

Marketing digital é um conjunto de ações de comunicação que marcas, pessoas ou negócios utilizam de forma on-line para divulgar e vender produtos ou serviços, visando captar e fidelizar clientes, além de ampliar a sua rede de relacionamentos. Dentre as ferramentas de marketing digital tem-se as mídias sociais, as quais estão se popularizando e sendo bastante utilizadas por apresentarem divulgação econômica e rápida, além de possibilitar o alcance de pessoas em todo o mundo ou escolher somente o público-alvo. Nesse sentido, nutricionistas vem utilizando as mídias sociais, especialmente o *Instagram*, como forma de gerar conteúdo, engajamento e prospectar clientes. Assim, o objetivo desse estudo foi analisar perfis profissionais de nutricionistas no *Instagram*. A coleta e registro de dados dos perfis de nutricionistas na mídia social *Instagram* deu-se por meio de análise documental. Para tal, foram utilizados os unitermos de busca de perfis no *Instagram*: nutri e nutricionista, somente na língua portuguesa. Foi realizado o levantamento de 85 perfis, utilizando um protocolo de registro estruturado. Com base nas informações coletadas a partir da análise documental, os dados obtidos foram compilados e apresentados em frequência absoluta e percentual. Verificou-se que a maioria dos perfis dos nutricionistas analisados apresenta entre 1001 a 5000 seguidores, sendo considerados influenciadores em ascensão. Cerca de 43,5% publicava conteúdo técnico, mas a grande maioria dos pesquisados (94,1%) não referenciava o conteúdo técnico publicado. Os principais assuntos abordados pelos profissionais pesquisados estavam relacionados à nutrição clínica, esportiva e funcional e somente 51,8% dos pesquisados apresentavam a formação profissional em seu perfil. Com o marketing digital em redes sociais em grande ascensão, é preciso que o nutricionista se adapte as novas tendências, mas visando sempre à promoção da saúde e alimentação saudável, além de respeitar o que é lhe permitido pelo código de ética da profissão.

**Palavras-chave:** Mídia. Nutrição. Redes sociais.

### ABSTRACT

Digital marketing is a set of communication actions that brands, people or businesses use online to promote and sell products or services, in order to attract and retain customers, in addition to expanding their network of relationships. Among the digital marketing tools there is social media, which are becoming popular and being widely used for presenting economic and fast dissemination, in addition to enabling the reach of people all over the world or choosing only the target audience. In this sense, nutritionists have been using social media, especially Instagram, as a way to generate content, engagement and prospect customers. Thus, the aim of this study was to analyze the digital marketing strategies adopted by professional profiles of nutritionists on Instagram. The collection and registration of data on marketing actions in nutrition and nutritionist profiles on Instagram social media took place through document analysis. To this end, the keywords used to search profiles on Instagram were used: nutri and nutritionist, only in Portuguese. A survey of 85 profiles was carried out, using

a structured registration protocol. Based on the information collected from the document analysis, the data obtained were compiled and presented in absolute and percentage frequency. It was found that most of the profiles of the analyzed nutritionists have between 1001 and 5000 followers, being considered influencers on the rise. About 43.5% published technical content, but the vast majority of respondents (94.1%) did not reference published technical content. The main issues addressed by the professionals surveyed were related to clinical, sports and functional nutrition and only 51.8% of those surveyed had professional training in their profile. With digital marketing on social networks on the rise, it is necessary for nutritionists to adapt to new trends, but always aiming to promote health and healthy eating, in addition to respecting what is allowed by the profession's code of ethics.

**Key words:** Media. Nutrition. Social networks.

## INTRODUÇÃO

Marketing digital, também denominado *eMarketing*, é um conjunto de ações estratégicas de comunicação que marcas, pessoas ou negócios adaptadas ao meio eletrônico, para divulgar e vender produtos ou serviços, de forma simples e rápida, visando captar e fidelizar clientes, além de ampliar a sua rede de relacionamentos (GOMES; REIS, 2016).

Dentre as ferramentas de marketing digital tem-se as mídias sociais, as quais vêm se popularizado no Brasil e em outros países, como veículo de propaganda e impulsionador de consumo e de engajamento, especialmente entre crianças e jovens (SOUZA; SILVA, 2018).

Conforme Wingert e Castro (2018), a atuação no segmento da saúde nas mídias sociais vem se tornando cada vez mais competitiva, levando a utilização destas mídias para fomentar vendas, captar e fidelizar clientela.

Assim, nos dias de hoje, o uso de mídias sociais e estratégia de marketing digital é essencial como ferramenta para impactar e atrair maior número de pessoas. Por conta disso, na área da saúde, as mídias sociais podem ser utilizadas para estimular a adoção, por exemplo, de hábitos de vida saudáveis (GRAHAM *et al.*, 2019).

A geração de conteúdos voltados à alimentação saudável e nutrição está crescendo, o que mostra que cada vez mais os nutricionistas precisarão utilizar as mídias sociais em sua prática profissional, buscando inovações na forma de disponibilização de seus conteúdos para que tenham um número maior de seguidores e relevante impacto na construção de hábitos alimentares saudáveis (WINGERT; CASTRO, 2018).

O *Instagram* é a rede social que vem crescendo de forma exponencial no Brasil e no mundo, sendo a terceira rede social com maior número de usuários no Brasil e seu uso está em evidência por empresas e perfis profissionais (COSTA, 2019; WE ARE SOCIAL, 2019). No *Instagram*, ao contrário de outras redes sociais, é possível postar imagens, textos e vídeos, sendo possível curtir conteúdos, comentar e direcionar postagens a amigos (GOMES; REIS, 2016).

Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os perfis profissionais de nutricionistas no *Instagram*.

## **METODOLOGIA**

Visando atingir o objetivo proposto, o estudo foi desenvolvido considerando, inicialmente, a coleta e registro de dados sobre perfis de nutricionistas na mídia social *Instagram*, por meio de análise documental. Somente foram coletados dados considerados públicos no *Instagram*, ou seja, os perfis que estavam abertos na rede, possibilitando que qualquer pessoa pudesse acessá-los.

Para tal, foram utilizados os unitermos na ferramenta de busca do próprio aplicativo: nutri e nutricionista, somente na língua portuguesa e voltados apenas para a opção perfis.

A coleta de dados foi conduzida pelo pesquisadores durante os meses de março e abril de 2020, utilizando para tal de um protocolo de registro estruturado, que foi elaborado pelos próprios pesquisadores, onde foram anotados: iniciais do nutricionista, número de seguidores, se apresenta conteúdo técnico- científico e referências nestes, quais os assuntos são predominantemente abordados e outras informações que foram consideradas pertinentes.

A seleção dos perfis ocorreu de forma aleatória, amostragem não probabilística, utilizando a saturação temporal para a finalização da coleta dos dados.

Com base nas informações coletadas a partir da análise documental, os dados obtidos foram compilados e analisado à luz da literatura, sendo apresentados em frequência absoluta e relativa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo analisou o perfil profissional de 85 nutricionistas no Brasil, os quais utilizavam os pronomes “nutri” e “nutricionista” em seus perfis, estando caracterizados na tabela 1.

TABELA 1: Características dos perfis profissionais de nutricionistas no Brasil (n=85). Balneário Camboriú – SC, 2020.

<b>Variável</b>	<b>Característica</b>
<b>Número de seguidores</b>	
≤ 1000	3 (3,5%)
1001 - 5000	32 (37,6%)
5001 - 10000	15 (17,6%)
10001 - 50000	23 (27,1%)
50001- 100000	5 (5,9%)
100001 - 500000	6 (7,1%)
500001 - 1 milhão	0 (0%)
> 1 milhão	1 (1,2%)
<b>Apresentação de conteúdo técnico-científico</b>	
Não	48 (56,5%)
Sim	37 (43,5%)
<b>Apresentação de referências nos conteúdos</b>	
Não	80 (94,1%)
Sim	5 (5,9%)
<b>Periodicidade de publicações</b>	
Diária	27 (31,8%)
Semanal	15 (17,6%)
Quinzenal - mensal	43 (50,6%)
<b>Assuntos predominantemente abordados</b>	
Nutrição clínica	24 (28,2%)
Nutrição esportiva	14 (16,4%)
Nutrição funcional	5 (5,9%)
Outros	42 (49,5%)
<b>Apresenta formação profissional no perfil</b>	
Não	41 (48,2%)
Sim	44 (51,8%)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Percebeu-se que a maioria dos perfis dos nutricionistas analisados apresentava entre 1001 - 5000 seguidores, sendo considerados influenciadores em ascensão. Os

influenciadores apresentam milhares a milhões de seguidores (WIMMER; GREGGIANIN, 2018). E, segundo Karhawi (2017), são considerados influenciadores, aqueles que têm algum poder de discutir temas e influenciar decisões quanto ao estilo de vida, gostos e bens culturais daqueles que estão em sua rede, sendo, portanto, considerados formadores de opinião digital.

Destaca-se que a maioria dos perfis de nutricionistas estudados não apresentava conteúdo técnico-científico (56,5%) e 94,1% não referenciavam os conteúdos apresentados, o que pode dificultar a comprovação científica dos assuntos abordados. De acordo com Lima *et al.* (2019), em pesquisa realizada sobre a influência da internet sobre hábitos alimentares, das 100 pessoas entrevistadas, 84% relataram utilizar a internet para pesquisar sobre alimentação, bem como a grande maioria destacou seguir especialistas sobre o tema, como nutricionistas.

Somado a isso, as notícias falsas vêm ganhando espaço nas redes sociais, incluindo informações sobre saúde, as quais são propagadas, até mesmo por revistas de *fake news* científicas espalhadas pela internet (MONARI; BERTOLLI FILHO, 2019).

Conforme Leme (2018), as postagens apresentam caráter informativo ao público e os nutricionistas devem sempre lembrar que muitos dos seus seguidores são leigos, não possuem qualquer informação sobre o tema abordado ou mesmo tem uma ideia pré-concebida que possa ser falsa ou de senso comum, por isso é importante que se tenha embasamento científico, e que sempre disponibilize a fonte consultada. Por isso, destaca-se a importância de se referenciar os conteúdos técnicos abordados, bem como a qualidade dos assuntos abordados.

Assim, para se consolidar neste mercado, é preciso que o nutricionista conquiste o público nas mídias sociais, não somente na parte atrativa e comunicativa do seu perfil ou marca, mas também quanto à segurança da informação disponibilizada, o que leva à maior credibilidade do profissional, e consequentemente tornando sua clientela e seguidores mais satisfeitos e fiéis (BAIRRADA; COSTA; ARAÚJO, 2018).

Dentre os assuntos abordados, destacaram-se aqueles relacionados à nutrição clínica, esportiva e funcional, voltados, principalmente, para a promoção da alimentação saudável, estilo de vida saudável e emagrecimento.

Para se ter uma ideia, pesquisa realizada por Gomes *et al.* (2017), para conhecer o perfil das publicações sobre nutrição esportiva no *Instagram*, verificou que das cerca de 170 mil publicações sobre o tema encontradas, a maior parte foi

publicada por perfis que não eram de nutricionistas, mas que os perfis de nutricionistas esportivos eram os que apresentavam maior abrangência de público, provavelmente pelas informações mais pertinentes e coerentes disponibilizadas.

Conforme Nunes (2019), uma das contribuições das redes sociais, como o *Instagram*, é o compartilhamento de informações que possam promover hábitos alimentares e estilo de vida saudáveis, bem como alertar as pessoas para a prevenção de doenças, como percebeu-se que tem realizado todos os perfis de nutricionistas estudados.

A tendência é que profissionais de saúde em geral, incluindo os nutricionistas utilizem, cada vez mais, as redes sociais, principalmente para esclarecer mitos e falarem sobre alimentação saudável (LIMA *et al.*, 2019). Segundo Wimmer e Greggianin (2018), os temas que mais vem ganhando destaque nas redes sociais é o cultivo de hábitos saudáveis, reeducação alimentar, atividades físicas, além de dicas de saúde.

Quanto à periodicidade de publicações, a maioria dos perfis pesquisados apresentavam uma postagem a cada quinze dias à mensal, ou seja, os perfis não disponibilizavam conteúdo ou compartilhavam imagens e vídeos com uma periodicidade maior. Segundo Carvalho e Murback (2014), a periodicidade na atualização de publicações nas redes sociais é importante, devendo ser mais frequente, de preferência diária, pois no mundo digital as pessoas tendem a receber muita informação e por conta, é preciso acompanhá-las.

Destaca-se, também, entre os resultados encontrados, que quase 50% dos perfis de nutricionistas pesquisados não destacam sua formação profissional do perfil. Haja vista que, segundo Lima *et al.*(2019), as pessoas tendem a buscar informações sobre saúde em perfis de especialistas, os nutricionistas deveriam destacar sua formação para que as pessoas que forem visitar seus perfis saibam que eles são nutricionistas formados, pois há muitos influenciadores digitais falando sobre alimentação e saúde sem terem formação acadêmica na área.

Além disso, com o crescimento das mídias sociais, o nutricionista deve estar atento a como pode contribuir e criar conteúdo na rede, devendo, antes de mais nada, corresponder às questões éticas da profissão, levando informações fidedignas, coerentes e claras ao seu público, pois por meio do marketing digital, podem ser fomentadas as estratégias de educação alimentar e nutrição, para a promoção da

alimentação saudável e a replicação dessas informações, devendo também os nutricionistas cuidarem de sua reputação digital(WINGERT; CASTRO, 2018).

Desta forma, é necessário que o profissional esteja atento ao Código de Ética e de Conduta do Nutricionista para agir com ética, sem divulgar mensagens enganosas ou falsas e não infringindo nenhum artigo do referido documento. Como exemplo, é dever do nutricionista, ao compartilhar informações sobre alimentação e nutrição, ter como objetivo a promoção da saúde e a educação alimentar e nutricional, de forma crítica e contextualizada e com respaldo técnico-científico, sem promover mensagens enganosas ou sensacionalistas (CFN, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notória a crescente expansão das mídias sociais como ferramenta de marketing, sendo um veículo de informações que atinge milhares de pessoas a cada minuto. No âmbito de profissionais da saúde os mesmos também se fazem presentes, tanto para promover-se profissionalmente, quanto para divulgar informações científicas à população.

Assim, os nutricionistas podem utilizar destas ferramentas a fim de promover a alimentação saudável, qualidade de vida e introdução de hábitos saudáveis indo na antemão de muitos influenciadores que não possuem formação profissional.

Porém, é importante que os nutricionistas diferenciem seus conteúdos, apresentando informações técnicas referenciadas, mas também informações com linguagem voltada para o público geral e leigo, periodicidade de publicações maiores e mais constantes, para que não caia no esquecimento de seus seguidores e que destaque a sua formação profissional, titulações e outras informações que possam garantir maior credibilidade ao profissional.

Existem diversas estratégias de marketing digital que podem ser utilizadas nas redes sociais, cabendo ao profissional buscar aquela que se encaixa melhor em suas metas e com suas características pessoais e profissionais. Assim, com este espaço em grande ascensão, é preciso que o nutricionista se adapte as novas tendências, mas visando sempre à promoção da saúde e alimentação saudável, além de respeitar os preceitos éticos da profissão.

## Referências

- CARVALHO, V. O.; MURBACK, F.G.R. Estudo da utilização das redes sociais digitais nas empresas brasileiras. **Gestão & Conhecimento**, n.8, 2014. Disponível em: [https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2014/Artigo41\\_2014.pdf](https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2014/Artigo41_2014.pdf). Acesso em: 08 set. 2021.
- CFN. **Código de Ética e de Conduta do Nutricionista**. Brasília - DF: CFN, 2018.
- COSTA, V.C.S. O uso do Instagram na estratégia de branding. **e- Com**, v.12, n.1, p. 74-96, 2019.
- GOMES, C. F. REIS, H. M. Marketing digital: sites x redes sociais no Brasil. **Revista Interface Tecnológica da FATEC Taquaritinga**, p. 53-62, jun. 2016. Disponível em: [www.fatectq.edu.br/Interfacetecnologica](http://www.fatectq.edu.br/Interfacetecnologica). Acesso em: 13 ago. 2021.
- GRAHAM, J.; MOORE, J. L.; BELL, R. C.; MILLER, T. Digital Marketing to Promote Healthy Weight Gain Among Pregnant Women in Alberta: an implementation study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 21, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.jmir.org/2019/2/e11534/pdf> . Acesso em: 15 abr. 2020.
- KARHAWI, I. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Communicare**, v.70, p.46-61, 2017.
- LEME, I. P. **O uso das mídias sociais no marketing do profissional nutricionista: estratégias e limites éticos**. PPGAN/UNIRIO, 2018. Disponível em: [http://www.unirio.br/ccbs/nutricao/ppgan\\_pt/alimentacao-e-saude/palestras/2018/o-uso-das-midias-sociais-no-marketing-do-profissional-nutricionista-estrategias-e-limites-eticos/view](http://www.unirio.br/ccbs/nutricao/ppgan_pt/alimentacao-e-saude/palestras/2018/o-uso-das-midias-sociais-no-marketing-do-profissional-nutricionista-estrategias-e-limites-eticos/view). Acesso em: 19 jul. 2020.
- LIMA, V.G *et al.* Influências da internet nos hábitos alimentares da população. **Revista Científica UMC**, 2019. Disponível em: <http://seer.umc.br/index.php/revistaumc>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- MONARI, A. C. P.; BERTOLLI FILHO, C. Saúde sem fake News: estudo e caracterização das informações falsas divulgadas no canal de informação e checagem de fake news do Ministério da Saúde. **Mídia e Cotidiano**, v.13, n.1, p.160-186, 2019.
- NUNES, A. M. Comunicação através das redes sociais digitais. **Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v.20, n.38, p.129-141, 2019.
- SOUZA, M. B.; SILVA, M. E. M. A influência da mídia e marketing nos hábitos alimentares infantis e o comportamento da família. **Revista UNIABEU**, v.11, n.29, p.14-29, 2018.
- WE ARE SOCIAL. **Global digital 2019 reports**. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 23 jun. 2020.

WIMMER, J.; GREGGIANIN, M. Influenciadores digitais: um estudo de caso sobre o perfil de Gabriela Pugliesi no Instagram. **Icom – Informação & Comunicação**, v.1, n.1, p.97-121, 2018.

WINGERT, K. H.; CASTRO, L. R. Marketing para nutrição: conceitos e ferramentas aliados à prática da nutrição. **Disciplinar um Scientia**, v. 19, n. 3, p. 353-371, 2018.

# PREVALÊNCIA DE DISTÚRBIOS OSTEOMIOARTICULARES E FREQUÊNCIA DE SENTIMENTOS RELACIONADOS AO ESPORTE EM ATLETAS DE VOLEIBOL MASCULINO

Mayane dos Santos Amorim<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Avantis

DOI: doi.org/10.5281/zenodo.10079548

## RESUMO

O voleibol é um esporte caracterizado por ser um jogo complexo, de habilidades simples e de movimentos constantes que exigem força, flexibilidade, potência, agilidade e condicionamento aeróbico. As lesões em atletas são comuns no mundo do esporte, além de, fatores psicossociais que podem influenciar neste processo. O fisioterapeuta possui papel fundamental neste contexto. Identificar a prevalência de distúrbios osteomioarticulares e apontar a frequência de sentimentos relacionados ao esporte em atletas de voleibol masculino. Foi aplicado o questionário Nórdico e questionário de Burnout para Atletas primeiro semestre de 2020. Participaram 21 atletas de voleibol, do sexo masculino, com média de  $16,71 \pm 0,71$  anos, com o Índice de Massa Corporal (IMC) de  $21,97 \pm 2,19$  %. A média do escore total do questionário foi de  $10,40 \pm 2,406$  apresentando uma frequência de 2,08. A prevalência de distúrbios osteomioarticulares nos últimos 12 meses foi de 85,7% nos joelhos. A frequência dos sentimentos dos atletas de voleibol masculino variou entre “Algumas Vezes” e “Frequentemente”. No questionário Nórdico, os atletas apresentaram a maior prevalência de distúrbios osteomioarticulares nos joelhos.

**Palavras-chave:** Fisioterapia. Voleibol. Questionários.

## ABSTRACT

Volleyball is a sport characterized by being a complex game, with simple skills and constant movements that require strength, flexibility, power, agility and aerobic conditioning. Injuries in athletes are common in the world of sport, in addition to psychosocial factors that can influence this process. The physiotherapist has a fundamental role in this context. To identify the prevalence of musculoskeletal disorders and to point out the frequency of feelings related to sport in male volleyball athletes. The Nordic questionnaire and Burnout questionnaire for Athletes in the first semester of 2020 were applied. 21 male volleyball players participated, with an average of  $16.71 \pm 0.71$  years, with a Body Mass Index (BMI) of  $21,97 \pm 2.19\%$ . The average of the total score of the questionnaire was  $10.40 \pm 2.406$ , with a frequency of 2.08. The prevalence of musculoskeletal disorders in the last 12 months was 85.7% in the knees. The frequency of the feelings of the male volleyball athletes varied between "Some Times" and "Frequently". In the Nordic questionnaire, athletes had the highest prevalence of musculoskeletal disorders in the knees.

**Keywords:** Physiotherapy. Volleyball. Questionnaires.

## 1. INTRODUÇÃO

Caracterizado por um jogo complexo, o voleibol envolve habilidades simples e de movimentos constantes que exigem força, flexibilidade, potência, agilidade e condicionamento aeróbico. Seu surgimento foi em 1895 pelo professor de educação física William George Morgan, buscando uma tentativa de criar uma nova competição em quadra coberta para seus alunos. (SIMAS E GONÇALVES, 2012). No Brasil, o segundo esporte mais praticado é o voleibol e no gênero sexo masculino a porcentagem da prática esportiva geral atinge 5,4% e no sexo feminino estes dados são de 38,1% (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).

O voleibol está entre as práticas que mais contém elementos impactantes, nos quais atletas podem estar mais suscetíveis a lesões, decorrentes tanto da repetição do movimento, quanto das colisões resultantes das ações motoras (SOUZA et al, 2012). Por ser um esporte dinâmico e competitivo depende de um planejamento bem estruturado e empenho dos atletas para que as capacidades motoras sejam mantidas em um nível de desempenho ao longo de uma temporada, evitando queda de rendimento ou lesão (VIEIRA, 2017).

As lesões em atletas são comuns no mundo do esporte, e para avaliar a prevalência de distúrbios osteomioarticulares a literatura destaca o *Nordic Musculoskeletal Questionnaire*, Questionário Nórdico (QN) que foi desenvolvido para padronizar a mensuração de relato de sintomas osteomusculares e assim, facilitar a comparação dos resultados entre os estudos (PINHEIRO et al., 2002).

Os fatores psicossociais podem influenciar no processo de lesões, pois, os atletas vivenciam a prática esportiva com muita intensidade, emoções e sentimentos, tais como, ansiedade e estresse. Contudo, quando essas emoções se tornam crônicas podem desencadear a Síndrome de Burnout (SB), Pires, (2006) e para isto, um instrumento válido e confiável para avaliar essa condição é o Questionário de Burnout de Atletas (QBA).

Até o presente momento não foram encontrados estudos relacionados a atletas de voleibol masculino que tenham sido avaliados pelo QN e ao QBA. O objetivo deste estudo foi identificar a prevalência de distúrbios osteomioarticulares dos atletas e a frequência de sentimentos relacionada ao esporte em atletas de voleibol masculino.

## 2. MÉTODOS

Ao realizar o convite para participar da pesquisa, os indivíduos que não aceitaram participar, não foram penalizados. Os participantes com idade superior a 18 anos que aceitaram participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os sujeitos menores de 18 anos, participaram após a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido de seus respectivos responsáveis. Foram informados da possibilidade de se retirarem da pesquisa em qualquer fase, sem penalização.

Todos os dados de identificação pessoal dos participantes foram preservados conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS Nº 466, de 12 - Ministério da Saúde, levando em consideração a divulgação científica dos resultados obtidos.

### 2.1 APROVAÇÃO DO PROTOCOLO E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer número 3.909.168. Todos os pacientes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os menores de idade com a assinatura dos responsáveis legais. O estudo foi realizado conforme a resolução 466/2012/CONEP/CNS/MS.

### 2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi de natureza básica, de caráter quantitativo, com objetivo descritivo, com procedimento técnico de estudo de campo por uma amostra não probabilística sistemática e com a aplicação de questionários fechados.

### 2.3 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Atletas de voleibol masculino da Fundação Municipal de Balneário Camboriú, com idade entre 14 a 18 anos, que estavam treinando há mais de um ano. Foi excluído da pesquisa atletas com tempo menor que um ano de prática.

## 2.4 PROCEDIMENTOS

No primeiro momento foi conversado com os participantes e responsáveis por via aplicativo *WhatsApp*, por mensagem de texto explicando todo o procedimento da pesquisa, como responder os dados e os documentos. Termo de autorização para utilização documental em pesquisa; termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE; assentimento livre e esclarecido do menor de idade ou participante incapaz e as questões, estavam presentes na plataforma *Google Forms* para responderem com seus respectivos e-mails.

Para a coleta de dados foi disponibilizado um questionário semi estruturado para caracterização da amostra como: idade, peso, estatura e o índice de massa corporal. Posteriormente, os atletas responderam os questionários de Burnout para atletas (QBA) e questionário Nórdico (QN).

O QBA validado por Pires (2006), é composto por 15 itens. Existem três componentes que explicam a variância que está proposta no questionário: a exaustão física e emocional, o reduzido senso de realização esportiva e desvalorização esportiva. As opções de respostas são em múltipla escolha sendo “Quase Nunca” (1), “Raramente” (2), “Algumas Vezes”, (3) “Frequentemente” (4) e “Quase Sempre” (5).

Os resultados são atribuídos a cada subescala, obtidos a partir da média aritmética das respostas dadas aos cinco itens correspondentes a cada dimensão, e a um valor de burnout total calculado pela média aritmética de todos os 15 itens do instrumento. A interpretação dos escores se dá através da utilização da variação da frequência de sentimentos. Isso significa que, caso um atleta obtenha uma média de 2,5 para a dimensão exaustão física e emocional, considere-se que esse indivíduo apresenta sentimentos relacionadas a tal subescala com frequência de raramente e algumas vezes. Tanto o método de obtenção dos resultados através das médias dos itens, como interpretação de tais valores foram propostos pelos autores de psicométrico (PIRES, 2006).

O QN é subdividido em segmentos como, pescoço, ombros, parte superior das costas, cotovelo, punhos/mãos, parte inferior das costas, quadril/coxas, joelhos, tornozelos/pés. Composto por quatro questões com opções de sim e não para

assinalar com 'X'. O mesmo visa identificar a prevalência de lesões (ZANKOSKI e SIGNORELLI, 2013).

## 2.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para análise estatística foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). E realizada a análise descritiva por meio de distribuição de frequência, média e desvio padrão.

## 3. RESULTADOS

Neste estudo buscou-se analisar a prevalência de distúrbios osteomioarticulares e a frequência de sentimentos relacionados ao esporte através do questionário de Burnout e questionário Nórdico.

A presente pesquisa foi realizada com 21 atletas de voleibol, do sexo masculino, com média de  $16,71 \pm 0,71$  anos, com o Índice de Massa Corporal (IMC) de  $21,97 \pm 2,19$  %, sendo que a maioria é eutrófico. Em relação ao tempo de prática no voleibol, três anos ou mais foi o tempo predominante (90,5%) e quanto ao tempo de treinamento diário (horas), 47,6% dos atletas responderam que treinam três horas.

Em relação à procura de atendimentos nos últimos três meses, 38,1% responderam que procuraram atendimento fisioterapêutico e apenas 4,8% procuraram o atendimento médico. No que se refere a procura por atendimento psicológico, nos últimos 6 meses, 14,3% responderam que buscaram este profissional (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização da amostra

	Média ( $\pm$ DP)
Idade	16,71 (0,71)
IMC	21,97 (2,19)

	N%
<i>Eutrófico</i>	19 (90,5)
<i>Sobrepeso</i>	2 (9,5)
<i>Tempo de prática no vôlei (anos)</i>	
1 ano	1 (4,8)
2 anos	1 (4,8)
3 anos ou mais	19 (90,5)
<i>Tempo de treino diário (horas)</i>	
2 horas	7 (33,3)
3 horas	10 (47,6)
4 horas	3 (14,3)
5 horas	1 (4,8)
<i>N (%)</i>	
<i>Atendimento fisioterapêutico nos últimos 3 meses</i>	8 (38,1)
<i>Atendimento médico nos últimos 3 meses</i>	1 (4,8)
<i>Atendimento psicológico nos últimos 6 meses</i>	3 (14,3)
<i>Utilização de medicamentos nos últimos 3 meses</i>	2 (9,5)

No QBA (Tabela 2), referente à pergunta “Eu estou realizando muitas coisas que valem a pena no esporte” 42,9% apontou como “algumas vezes” e 42,9% como “frequentemente”; ao refletirem sobre: “Eu me sinto tão cansado dos meus treinamentos que tenho problemas para encontrar energia para fazer outras coisas” a maioria respondeu “algumas vezes”, com 28,6%; ainda, sobre: “O esforço que eu gasto praticando esporte poderia ser mais bem gasto fazendo outras coisas”, 76,2% apontaram “quase nunca”; e ao serem questionados sobre a sensação na participação esportiva “Eu me sinto extremamente cansado com a minha participação no esporte”, a prevalência foi de 33,3% “raramente”.

Em relação à reflexão “Eu não estou alcançando muito no esporte”, a maioria respondeu “raramente”, com 33,3%; ao considerar a questão: “Eu não me preocupo

tanto em relação à minha performance esportiva quanto antes”, a maioria respondeu “quase nunca”, com 47,6%. Na questão que aborda o desempenho no esporte “Eu não estou desempenhando todo meu potencial no esporte”, prevaleceu com 28,6% a resposta “frequentemente”; para a questão sobre “Eu me sinto “destruído” pelo esporte”, a maioria respondeu “quase nunca” com 66,7%. Ao serem questionados sobre o interesse no esporte: “Eu não estou tão interessado no esporte como eu costumava estar”, 38,1% (a maioria) respondeu “quase nunca” e por fim, em relação à exaustão: “Eu me sinto fisicamente exausto pelo esporte”, predominou-se “algumas vezes” com 42,9%.

Na reflexão “Eu me sinto menos preocupado em ser bem-sucedido no esporte do que antes”, apresentou-se igual o percentual de 28,6% para “quase nunca” e “algumas vezes”; na questão “Eu estou exausto pelas demandas mentais e físicas do esporte”, a maioria, 38,1%, respondeu “raramente”; sobre a percepção: “Parece que, não importa o que eu faça, eu não me desempenho tão bem quanto eu poderia”, a maioria, com 28,6% respondeu “algumas vezes”. E quanto a questão que aborda os sentimentos: “Eu me sinto bem-sucedido no esporte”, predominou com 42,9% “raramente”. No último questionamento, sobre “Eu tenho sentimentos negativos em relação ao esporte”, a grande maioria, 42,9% responderam “quase nunca”.

Tabela 2 - Resultados do questionário de Burnout para atletas.

	QUASE NUNCA	RARAMENTE	ALGUMAS VEZES	FREQUENTEMENTE	QUASE SEMPRE
	<b>N (%)</b>				
<b>EU ESTOU REALIZANDO MUITAS COISAS QUE VALEM A PENA NO ESPORTE</b>	1 (4,8)	0	9 (42,9)	9 (42,9)	2 (9,5)
<b>EU ME SINTO TÃO CANSADO DOS MEUS TREINAMENTOS QUE EU TENHO PROBLEMAS PARA ENCONTRAR ENERGIA PARA FAZER OUTRAS COISAS</b>	5 (23,8)	5 (23,8)	6 (28,6)	2 (9,5)	3 (14,3)
<b>O ESFORÇO QUE EU GASTO PRATICANDO ESPORTE PODERIA SER MAIS BEM GASTO FAZENDO OUTRAS COISAS</b>	16 (76,2)	3 (14,3)	0	1 (4,8)	1 (4,8)
<b>EU ME SINTO EXTREMAMENTE CANSADO COM A MINHA PARTICIPAÇÃO NO ESPORTE</b>	6 (28,6)	7 (33,3)	6 (28,6)	1 (4,8)	1 (4,8)
<b>EU NÃO ESTOU ALCANÇANDO MUITO NO ESPORTE</b>	5 (23,8)	7 (33,3)	4 (19,)	4 (19)	1 (4,8)
<b>EU NÃO ME PREOCUPO TANTO EM RELAÇÃO À MINHA PERFORMANCE ESPORTIVA QUANTO ANTES</b>	10 (47,6)	5 (23,8)	2 (9,5)	3 (14,3)	1 (4,8)
<b>EU NÃO ESTOU DESEMPENHANDO TODO MEU POTENCIAL NO ESPORTE</b>	3 (14,3)	5 (23,8)	5 (23,8)	6 (28,6)	2 (9,5)
<b>EU ME SINTO “DESTRUÍDO” PELO ESPORTE</b>	14 (66,7)	3 (14,3)	3 (14,3)	0	1 (4,8)
<b>EU NÃO ESTOU TÃO INTERESSADO NO ESPORTE COMO EU COSTUMAVA ESTAR</b>	8 (38,1)	6 (28,6)	5 (23,8)	0	2 (9,5)
<b>EU ME SINTO FISICAMENTE EXAUSTO PELO ESPORTE</b>	7 (33,3)	3 (14,3)	9 (42,9)	1 (4,8)	1 (4,8)
<b>EU ME SINTO MENOS PREOCUPADO EM SER BEM- SUCEDIDO NO ESPORTE DO QUE ANTES</b>	6 (28,6)	5 (23,8)	6 (28,6)	3 (14,3)	1 (4,8)
<b>EU ESTOU EXAUSTO PELAS DEMANDAS MENTAIS E FÍSICAS DO ESPORTE</b>	6 (28,6)	8 (38,1)	5 (23,8)	1 (4,8)	1 (4,8)
<b>PARECE QUE, NÃO IMPORTA O QUE EU FAÇA, EU NÃO ME DESEMPENHO TÃO BEM QUANTO EU PODERIA</b>	4 (19)	3 (14,3)	6 (28,6)	4 (19)	4 (19)
<b>EU ME SINTO BEM-SUCEDIDO NO ESPORTE</b>	1 (4,8)	9 (42,9)	4 (19)	6 (28,6)	1 (4,8)
<b>EU TENHO SENTIMENTOS NEGATIVOS EM RELAÇÃO AO ESPORTE</b>	9 (42,9)	5 (23,8)	5 (23,8)	0	2 (9,5)

Na tabela 3 as reflexões foram divididas em domínios, sendo que o domínio da exaustão física/emocional apresentou média de  $11,04 \pm 2,208$ . Na desvalorização no esporte apresentou  $14,85 \pm 2,97$  e para o domínio da sensação reduzida de realização os atletas apresentaram média de  $10,19 \pm 2,038$ , por fim, a média do escore total do questionário foi de  $10,40 \pm 2,406$  apresentando uma frequência de 2,08 que corresponde entre “Raramente” e “Algumas Vezes”.

Tabela 3 - Escore total e domínios Burnout

	<b>MÉDIA±DP</b>	<b>FREQUÊNCIA DOMÍNIO (Média/5)</b>
<b>ESCORE TOTAL</b>	10,40±2,406	2,08 entre “Raramente” e “Algumas Vezes”
<b>DOMÍNIOS</b>		
<b>EXAUSTÃO FÍSICA/EMOCIONAL</b>	11,04±2,208	2,20 entre “Raramente” e “Algumas Vezes”
<b>DESVALORIZAÇÃO NO ESPORTE</b>	14,85±2,97	2,97 entre “Raramente” e “Algumas Vezes”
<b>SENSAÇÃO REDUZIDA DE REALIZAÇÃO</b>	10,19±2,038	2,03 entre “Raramente” e “Algumas Vezes”

No QN (Tabela 4) os atletas responderam que nos últimos 12 meses apresentaram problemas como dor fadiga, formigamento/dormência em: joelhos 85,7%, ombros e parte inferior das costas com 57,1%. Com relação aos atletas terem sido impedidos nos últimos 12 meses de realizar atividades normais como por exemplo: trabalho, atividades domésticas e de lazer por problema em algum segmento, foi observado que os joelhos e o tornozelo/pés foram os mais apontados (28,6%).

Os atletas responderam que nos últimos 12 meses consultaram algum profissional da área da saúde (médico ou fisioterapeuta) devido a algum segmento, com isso, constatou que a maioria respondeu joelhos com 52,4% e tornozelos/pés 38,1%; Com relação se nos últimos 7 dias (do dia em que responderam o questionário), os atletas tiveram algum problema em algum segmento, foi observado

os joelhos com 23,8%, ombros com 23,8% e tornozelos/pés, com 14,3% , parte inferior das costas com 19%, pescoço e parte superior das costas 4,8%.

Tabela 4 - Nórdico

	<b>Nos últimos 12 meses você teve problemas (como dor, fadiga, formigamento/ dormência) em:</b>	<b>Nos últimos 12 meses, você foi impedido (a) de realizar atividades normais (por exemplo: trabalho, atividades domésticas e de lazer) por causa desse problema em:</b>	<b>Nos últimos 12 meses, você consultou algum profissional da área da saúde (médico, fisioterapeuta) por causa dessa condição em:</b>	<b>Nos últimos 7 dias, você teve algum problema em?</b>
	<b>N (%)</b>			
<i>Pescoço</i>	3 (14,3)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (4,8)
<i>Ombros</i>	12 (57,1)	3 (14,3)	4 (19,0)	5 (23,8)
<i>Parte superior das costas</i>	3 (14,3)	0 (0,0)	2 (9,5)	1 (4,8)
<i>Cotovelos</i>	3 (14,3)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (4,8)
<i>Punhos/Mãos</i>	7 (33,3)	1 (4,8)	0 (0,0)	0 (0,0)
<i>Parte inferior das costas</i>	12 (57,1)	1 (4,8)	5 (23,8)	4 (19,0)
<i>Quadril/Coxas</i>	2 (9,5)	0 (0,0)	1 (4,8)	0 (0,0)
<i>Joelhos</i>	18 (85,7)	6 (28,6)	11 (52,4)	5 (23,8)
<i>Tornozelos/Pés</i>	7 (33,3)	6 (28,6)	8 (38,1)	3 (14,3)

#### 4. DISCUSSÕES

Estudos científicos comprovam que o exercício físico de forma voluntária em intensidades moderadas com atividades prazerosas, melhoram o humor, a cognição, a ansiedade e a qualidade de vida em indivíduos saudáveis. Os atletas em geral precisam estar preparados para enfrentar uma série de fatores estressantes, para aprimorar o rendimento e conseqüentemente, alcançar os resultados esperados. E se não forem positivamente enfrentados, podem gerar pensamentos negativos, diminuição de autoconfiança, aumento dos níveis de ansiedade, comprometimento do

rendimento esportivo, da carreira do atleta ou da sua saúde mental (CEVADA et al, 2012).

Em nosso estudo, a média do escore total do questionário de burnout foi de  $10,40 \pm 2,406$ , sendo em exaustão física/emocional  $11,04 \pm 2,20$ , desvalorização no esporte  $14,85 \pm 2,97$  e sensação reduzida de realização  $10,19 \pm 2,03$  indicando em todos os domínios uma frequência 2,03 a 2,97 entre “Raramente” e “Algumas vezes”. Buscando comparar a ocorrência dos sintomas de estresse entre atletas, Santos (2015) avaliou 194 atletas de diferentes estados, de ambos os sexos, com uma faixa etária de 14 a 17 anos, praticantes de natação e vôlei, onde os atletas do estudo obtiveram valor médio de 2,09, indicativo de uma frequência de sentimentos pertinentes à síndrome que variou de raramente a algumas vezes corroborando com nossos achados.

Segundo Pires (2006), a exaustão emocional, associada com tensão psicológica e fisiológica foi denominada, no esporte, de exaustão física e emocional, a qual está associada às intensas demandas dos treinos e competições. Sabe-se que tais demandas advindas da rotina atlética interferem no bem-estar físico, psicológico e social dos esportistas. O resultado médio dessa dimensão pode sofrer interferência ao período que a coleta foi realizada, pois, os atletas estavam a quase um mês sem treinar, devido a pandemia de COVID-19, onde conseguiram ter um alívio dos treinos, porém, uma maior cobrança pessoal ao seu desenvolvimento e desempenho futuro.

Os atletas do estudo apresentaram uma maior média em “desvalorização no esporte”. Silva e colaboradores (2016) relataram que essa dimensão se refere à despreocupação, à falta de desejo e de interesse em relação ao esporte. Nesse cenário, o atleta passa a se comportar de modo impessoal e insensível, demonstrando pouco ou nenhuma preocupação com seu rendimento e com o seu envolvimento no esporte. Mesmo assim, essa frequência ainda se apresenta como “raramente” e “algumas vezes” mostrando que os atletas ainda estão motivados e satisfeitos.

A última dimensão é “sensação reduzida de realização”, os atletas obtiveram a menor média entre as dimensões. Pires (2010), relatou que essa dimensão é interpretada, fundamentalmente, em termos de insatisfação quanto à habilidade e destreza esportiva. Exemplos dessa dimensão são a falta de progressos no desempenho atlético e percepções de falta de sucesso e falta de talento.

Os atletas apresentaram índice médio para o Burnout total e suas subescalas exaustão física e emocional, desvalorização no esporte e sensação reduzida de realização, entre “raramente a algumas vezes”, com isso, pôde-se observar que os atletas dessa pesquisa apresentaram manifestações pouco intensas para a síndrome de burnout.

A prevalência anual de lesões, foi obtida na região dos joelhos (85,7%), sendo uma porcentagem expressiva, segundo Myer et al, (2015) e Santos et al (2007), no voleibol as lesões de joelhos são resultado do número excessivo de saltos e aterrissagem (60% das ações de defesa e ataque envolvem esta habilidade) executados durante treinos, jogos e competições. Diferentes dos resultados encontrados no estudo de Verhagen et al. (2004), onde encontraram uma elevada prevalência de lesões no tornozelo representando cerca de 40%, e as lesões do joelho apenas 12%.

O questionário apresentou que os atletas consultaram algum profissional (médico e ou fisioterapeuta), abrangendo diversas causas e patologias, os atletas responderam, joelhos com 52,4% e tornozelo 38,1%. No estudo de Fortes e Garazato (2008), constataram que os tornozelos são responsáveis por 60% das lesões registradas no voleibol e geralmente ocorrem ao aterrizar do salto, enquanto entram em contato com o pé de outro jogador embaixo da rede. Em nosso estudo, 28,6% dos atletas apresentaram queixas em tornozelo e joelho e foram impedidos de realizar suas atividades normais de vida diária e conseqüentemente interromper os treinos em um período de tempo. Segundo Cordeiro (2017), as lesões traumáticas agudas mais comuns no voleibol, ocorre no nível do tornozelo, já as lesões traumáticas crônicas são mais comuns nos joelhos, e são frequentemente mais devastadoras para o atleta no seu desempenho futuro.

Na identificação se os atletas apresentaram algum problema nos últimos 7 dias referente a algum segmento, 23,8% responderam ombro, 23,8% joelho e 14,3% tornozelo. A pesquisa foi realizada em um período que os atletas estavam em repouso devido a pandemia do coronavírus, o que pode indicar que as lesões não são agudas. Atualmente, a equipe de saúde, incluindo o fisioterapeuta esportivo, atua em pelo menos quatro grandes domínios: prevenção, atendimento emergencial, reabilitação funcional e retorno à atividade. Nesse sentido, o entendimento sobre a inserção e atuação do fisioterapeuta esportivo brasileiro na equipe interdisciplinar pode contribuir

para uma melhor organização de serviços e, conseqüentemente, melhor atendimento ao atleta. (SILVA et al, 2011).

Os ombros e parte inferior das costas apresentaram a mesma porcentagem (57,1%) nos problemas relatados dos últimos 12 meses. Segundo Souza e colaboradores (2012), atletas de voleibol com dor no ombro representa a terceira lesão mais comum em segundo fator relacionado a sobrecarga muscular dessa articulação, sendo responsável por 8 a 20% de todas lesões do voleibol.

Segundo Bere e colaboradores (2015), o potencial de movimentos específicos de cada jogador no voleibol tem algum impacto no desenvolvimento de lesões. Embora as alterações degenerativas da coluna nem sempre sejam acompanhadas de dor, a prevalência de dor nas costas é cada vez mais afetada (TROMPETER et al, 2017).

Silva (2008) relatou que o fisioterapeuta atua em pelo menos quatro grandes domínios: prevenção, atendimento emergencial, reabilitação e retorno do atleta à atividade, para Cordeiro (2017), analisar e correlacionar os fatores de risco responsáveis de lesões no esporte pode ser uma ferramenta importante para o fisioterapeuta traçar um plano de prevenção e reabilitação de lesões em atletas.

## **5. CONCLUSÃO**

Conclui-se que os atletas em questão apresentaram uma maior média para o domínio “desvalorização do esporte”, onde se refere à despreocupação, falta de desejo e de interesse em relação ao esporte. A frequência dos sentimentos dos atletas de voleibol masculino variou entre “Algumas Vezes” e “Frequentemente”. No questionário Nórdico, os atletas apresentaram a maior prevalência de distúrbios osteomioarticulares nos joelhos. Portanto, a importância da pesquisa realizada se dá aos atletas e à comissão técnica, incluindo o fisioterapeuta, que tem como objetivo investir em prevenção e promoção da saúde física dos atletas, reabilitação de lesões traumáticas agudas e crônicas, traçando condutas direcionadas e atuando na reinserção dos atletas ao esporte.

## **REFERÊNCIAS**

BERE, et al. **O risco de lesões é baixo entre jogadores de vôlei de classe mundial: dados de 4 anos do Sistema de Vigilância de Lesões da FIVB.** Br J Sports Med. Ano: 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diagnóstico nacional do esporte.** Diespote. Caderno 1. 2015.

CEVADA, et al. **Relação entre esporte, resiliência, qualidade de vida e ansiedade.** Rev Psiq Clín. Ano: 2012.

CORDEIRO, N, F, S. **Prevalência de Lesões Músculo-Esqueléticas em Atletas de Formação de Voleibol: Associação com os Fatores de Risco.** Universidade Fernando Pessoa FCS/ESS licenciatura em fisioterapia projeto e estágio profissionalizante II. Ano: 2017.

FORTES, C, R, N; CARZZATO, J, G. **Estudo epidemiológico da entorse de tornozelo em atletas de voleibol de alto rendimento.** Acta ortop. Brasileira. São Paulo -SP. Ano: 2008.

MYER, et al. **High knee abduction moments are common risk factors for patellofemoral pain (PFP) and anterior cruciate ligament (ACL) injury in girls: is PFP itself a predictor for subsequent ACL injury?** British Journal of Sports Medicine. Ano: 2015.

PINHEIRO, F, A, et al. **Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomuscular como medida de modalidade.** Rev. Saúde Pública. Ano: 2002.

PIRES, D, A, P. et al. **Indicadores da síndrome de burnout e suas subescalas em atletas de basquetebol dos sexos masculino e feminino da seleção municipal de Castanhal-PA.** Revista Corpo consciência. Ano: 2010.

PIRES, D, A. **Validação do Questionário de Burnout para atletas.** Universidade São Judas Tadeu. Ano: 2006.

SANTOS, et al. **Factors affecting injuries to amateur volleyball players volleyball athletes.** Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano. Ano: 2007.

SILVA, A, A. **Análise do perfil, funções e habilidades do fisioterapeuta do futebol e do voleibol no Brasil.** Belo Horizonte. Ano: 2008.

SILVA, E, M, et al. **Indicadores da síndrome de *Burnout* em atletas amadores brasileiros de *Rugby Sevens*.** Pensar a Prática. Ano: 2016.

SILVA, et al. **Análise do perfil, funções e habilidades do fisioterapeuta com atuação na área esportiva nas modalidades de futebol e voleibol no Brasil.** Revista brasileira de fisioterapia. Ano: 2011.

SIMAS, M; GONÇALVES, C. **Influência da Flexibilidade Musculotendínea nas Lesões de Atletas do Voleibol.** Rev Fisioter S Fun. Fortaleza. Ano: 2012.

SOUZA, et al. **Instabilidade articular, dor e força dos músculos estabilizadores do ombro em atletas de voleibol;** Revista Saúde Santa Maria; 2012.

VERHAGEN, E, A, L, M, et al. **A one season prospective cohort study of volleyball injuries.** Ano: 2004.

VIEIRA, M, M. **Parâmetros antropométricos, força explosiva e agilidade em atletas de voleibol do sexo feminino.** Ano: 2017.

ZANKOSKI, S, M; SIGNORELLI, M, C. **Ginástica laboral e a promoção da saúde docente.** Ano: 2013.

# TUTORIA HUMANIZADA: A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM CURSOS SUPERIORES EAD

Pedro Funari Rigatti<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Avantis - Uniavan

DOI: 10.5281/zenodo.8403684

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever a necessidade do professor tutor de apropriar-se de metodologias ativas no decorrer do curso, juntamente com a tutoria humanizada. O estudo visa discutir a evolução histórica do ensino a distância no Brasil, bem como o debate sobre formação pedagógica e específica, através de pesquisa de básica, exploratória e bibliográfica, baseada em literatura especializada, pertinentes ao tema para assimilar os questionamentos, apontando os tópicos primordiais para desempenhar papel de formador com excelência. Verifica-se por fim, que o uso de metodologias ativas aliadas à humanização agrega conhecimento ao aluno de forma mais objetiva, autônoma e funcional, sendo essencial durante sua formação.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas. Tutoria humanizada. Ensino superior EaD.

## ABSTRACT

This article aims to describe the need for the tutor teacher to appropriate active methodologies during the course, along with humanized tutoring. The study aims to discuss the historical evolution of distance learning in Brazil, as well as the debate on pedagogical and specific training, through basic, exploratory and bibliographic research, based on specialized literature, relevant to the theme to assimilate the questions, pointing out the topics essential to play the role of trainer with excellence. Finally, it is verified that the use of active methodologies allied to humanization adds knowledge to the student in a more objective, autonomous and functional way, being essential during their training.

**Key words:** Active methodologies. Humanized tutoring. Higher education EaD.

## 1 INTRODUÇÃO

A atuação do tutor na Educação à Distância (EaD) vai muito além da sua mediação pedagógica dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ele apresenta um papel fundamental para o direcionamento dos acadêmicos, possibilitando aos alunos uma experiência mais humanizada no decorrer de seu curso EaD (SANTO; CARDOSO; SANTOS, 2015).

A tutoria é uma carreira que carece de informações e que ainda “retomam os modelos de seus antigos professores, na continuação dos métodos e na forma de trabalhar os conteúdos propostos” (LIMA, 2008, p. 4 apud ALCANTARA; LIMA; SALES, 2016, p. 97).

Este artigo está subdividido em quatro tópicos, em que no primeiro será abordado sobre a disseminação do ensino a distância, envolvendo breve histórico, habilidades e competências do professor tutor, atribuições, formação e tipologias de tutoria, no segundo capítulo, será debatido sobre ensino a distância e tutoria, no terceiro ponto será discutido sobre metodologias ativas voltadas ao EaD para que o ensino-aprendizagem tenha pleno aproveitamento por parte dos discentes, e finalmente, no quarto bloco será discorrido sobre tutoria humanizada e suas contribuições aos acadêmicos de ensino superior da modalidade EaD.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracteriza de natureza básica exploratória, realizada através de pesquisa-bibliográfica, com enfoque qualitativo, por intermédio de autores especialistas selecionados para fundamentar o estudo a partir de confiáveis aportes teóricos, encerrando, assim, com as considerações finais.

O objetivo desta pesquisa será descrever a necessidade do tutor apropriar-se de metodologias ativas durante as aulas, com o intuito de estudar a evolução do EaD, bem como compreender sua formação e planejamento.

## **2 ENSINO A DISTÂNCIA E TUTORIA**

No decorrer da formação docente, o professor passa por um período de mudanças, desafios e descobertas que influenciam diretamente no seu futuro profissional. Sua prática pedagógica está relacionada com os saberes de sua formação inicial além dos saberes adquiridos ao longo de sua vida estudantil, segundo Contreras (2013). Dessa forma, encontramos uma grande diversidade de profissionais atuando nas diferentes modalidades de ensino.

É essencial que docentes, independentemente da modalidade de ensino, conheçam a história que antecede sua carreira para compreender o modelo educacional atual e debater sobre este tema, de modo a ampliar sua visão e entender aspectos específicos sobre sua área de atuação.

### **2.1 Breve discussão sobre origem e evolução do ensino a distância**

Diante das grandes transformações que este campo passou, é importante comentar sobre o primeiro registro do EaD, através de correspondências no Reino

Unido, em meados do século XIX, como afirma o Programa de Formação Continuada da Seed-P (BORTOLOZZO, 2010).

Para Loch (2009), o domínio dessa modalidade se dá na maioria dos países no século XX. A evolução tecnológica foi tão intensa que começou a se disseminar mediante materiais impressos, rádio, televisão via satélite e à cabo, e atualmente por computadores, inicialmente por meio de *cd-room*. Hodiernamente por *internet*, ambientes virtuais de aprendizagem e tutoria presencial.

Segundo Silva e Guimarães (2008, p. 3) “no Brasil, a EaD aparece por volta de 1904. Na ocasião, as escolas internacionais que eram instituições privadas, ofereciam cursos pagos, por correspondência”.

Complementa-se que o processo evolutivo do ensino a distância brasileiro ocorreu lentamente, contudo, acompanhou o avanço da tecnologia, mas enfrenta mudanças constantes a fim de proporcionar qualidade e novas possibilidades aos estudantes.

Para Cruz (2013), os cursos EaD são classificados como educação formal graças a promulgação da Lei nº 9.394/1996, a qual assegura a abertura legal desta modalidade de ensino. Dessa forma, os diferentes níveis de ensino vão desde o aperfeiçoamento profissional até pós-graduações. Na atualidade, é possível graduar-se ou especializar-se na modalidade EaD devido ao reconhecimento legal por meio do Decreto nº 9.057/2017, que atualiza a legislação e regulamenta o EaD no país.

Ainda no cenário brasileiro, de modo geral, a evolução ocorreu através de momentos, sendo a primeira geração por correspondência e material impresso, a segunda, pela difusão de novas mídias - programas de televisão, rádio, telefone, fitas de áudio e vídeo, a terceira por intermédio através de computadores, internet, multimídias, com apoio de tutoria, conforme citam Souza, Mario e Araújo (2016).

Custódio et al. (2009, p. 3) integralizam que no século XXI, houve a incorporação de inteligência artificial, fomentando o ensino 4.0, “caracterizado pela incorporação

de tecnologias da inteligência artificial, da robótica, da internet das coisas, dos veículos autônomos, da impressão em 3D, da nanotecnologia (...)”, isto é, momento em que a comunicação é mediada por computador e a aprendizagem é gerenciada pelas máquinas.

De acordo com Souza, Mario e Araújo (2016), o avanço dos recursos tecnológicos e tecnologias de informação e comunicação (TICs), a comunicação se

tornou facilitada, possibilitando maior flexibilização, no entanto, os softwares ainda demandam altos custos, tendo em vista que oferecem diversas ferramentas para controle de datas, correções, farejador de plágio, materiais interativos, fóruns, atividades e avaliações on-line entre outros.

Atualmente, com o avanço dos recursos digitais e abertura de novas instituições de ensino superior (IES) e seus respectivos polos estão em ascensão, mesmo em um cenário pós Covid-19, a demanda de procura permanece alta na modalidade EaD.

Ainda neste contexto, concorda-se com Kaneoya e Moraes (2020, p. 2) “apesar do contexto de crescimento de instituições e número de vagas, há queda no número de matrículas nos cursos de graduação em EaD de IES”.

Cabe destacar que tal expansão reflete a democracia do EaD, no entanto, com o índice de evasão e rendimento insatisfatório referente às notas também evidenciam a precarização de algumas instituições e falta de preparo corpo docente.

Destarte, com a difusão do EaD, as atribuições passaram por transições, cujos professores tutores ficaram responsáveis por desempenhar funções essenciais, assim como deter de habilidades e competências específicas.

## **2.2 Habilidades e competências do professor tutor**

Na literatura, verifica-se que, “o professor tutor orienta o aluno em seus estudos relativos à disciplina pela qual é encarregado, esclarece dúvidas e explica questões relativas aos conteúdos. Na maioria dos casos, participa das atividades de avaliação” (BELLONI, 1999 apud LOCH, 2009, p. 12).

Cada instituição pode apresentar uma concepção diferente sobre “o que é ser tutor”, mas de maneira geral se aproximam das funções docentes sendo facilmente reconhecidos como professor-tutor (FERREIRA, 2012).

Complementa-se que o tutor deve conhecer os materiais e instrumentos que serão utilizados nas disciplinas, bem como identificar o perfil dos alunos para analisar as possíveis potencialidades e fragilidades pedagógicas que estes possuem.

Neste contexto, “a figura do tutor é aquela do professor orientador que tem a responsabilidade não só de ensinar, mas principalmente de motivar e apontar o caminho da pesquisa e aquisição do conhecimento” (CUSTÓDIO et al., 2019, p. 7).

Na visão de Loch (2009), o professor tutor é responsável pelo contato do aluno com o conteúdo, organização da turma, assessoramentos coletivos e individuais, apoio emocional, afetivo e estimulador, aplicação de avaliações e levantamentos de problemas e debates, observando as dificuldades individuais e encontrando soluções para superar os problemas.

Assim sendo, exigindo assim, domínio de metodologias aplicadas, favorecendo ambos - alunos e professor tutor, evitando dessa forma, por intermédio do laço afetivo criado, a evasão

O tutor tem como principais competências atuar como fonte alternativa de sabedoria, ser facilitador do processo de ensino-aprendizagem e supervisor de desempenho.

Cabe ao docente promover a troca de conhecimentos entre a turma, por esta razão, deve deter de habilidades como clareza na comunicação para correlacionar os conteúdos teóricos com a prática, inovando suas *práxis* pedagógica, tornando-se a figura essencial nos cursos EaD (BEHAR; MOORE e KEARSLEY, 2013).

Na visão de Moran (2005, p. 27), “o papel do professor no EaD é mais o de curador e de orientador” embora seja necessário produzir roteiros individuais e grupais de aprendizagem, refletindo a humanização, competência intelectual e gestora de aprendizagem, exigindo preparação profissional, sendo indispensável possuir as competências apresentadas na tabela 1:

Tabela 1 - Competência exigidas para a tutoria

<p><b>Patrícia Behar (2013)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimentos;</li> <li>- Habilidades;</li> <li>- Atitudes;</li> <li>- Planejamento;</li> <li>- Boa relação interpessoal;</li> <li>- Dispor de mediação pedagógica;</li> <li>- Obter e fornecer feedbacks;</li> <li>- Ter didática;</li> <li>- Conhecer gestão acadêmica;</li> </ul>
<p><b>Michael Moore e Greg Kearsley (2013)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Técnica – conhecer e dominar recursos - tecnológicos;</li> <li>-Administrativa – registro dos acadêmicos atualizados;</li> <li>-Instrucionais - Conhecer previamente e dominar os conteúdos para esclarecimentos de dúvidas;</li> <li>-Experiência - Em mediar e resolver situações;</li> <li>-Mediação - Na comunicação oral e escrita com a IES, com alunos.</li> </ul>

Fonte: BEHAR; MOORE e KEARSLEY (2013). Adaptado pelos autores.

Ao analisar a tabela 1, podemos concluir que para ser um tutor é necessário possuir formação adequada, conhecimento e atuação na área para enfrentar os desafios impostos pela profissão e evitar difusão de papéis ou funções com o professor titular, especialmente no que tange a acostumar os alunos com dependência do professor para a realização de atividades, o que não é aceitável no modelo de ensino EaD.

Salienta-se ainda que o tutor deve deter como habilidades a transformação de informações em conhecimento, apresentar boas oratórias, ser ágil, dinâmico, observar e analisar os alunos para identificar déficits, conforme afirma Gonzalez (2005), bem como ser empático, receptivo, ser acolhedor, capacidade de comunicação, ser respeitoso, possuir flexibilidade, habilidades socioemocionais, segurança no exercício de sua função e evitar o desamparo, com a intenção de evitar possíveis desistências.

Sendo assim, o professor-tutor é visto como elemento-chave ao longo do curso, desde que aquele disponha de formação pedagógica específica, exigida pelo Ministério da Educação.

Atualmente, a preocupação no ensino superior EaD está voltada ao uso das metodologias ativas como forma de tornar o ensino dinamizado e desenvolvimento de pensamentos críticos, entretanto, o fator mais importante é a essência do que é ensinado, com uma formação humanista e empática, cuja tendência está se disseminando cada vez mais nas IES, transcendendo o currículo tradicional.

De acordo com Pinto (2015), para que professores de ensino superior detenham bom desempenho na função de transmitir conhecimento é desejável que além do saber técnico na respectiva área de atuação e especialidade, possua prática e experiência para compartilhar aos alunos, assim como habilidade em desencadear o conhecimento através do domínio de práticas pedagógicas-docentes.

Ainda segundo a autora, mediante a este contexto, entende-se a importância de que professores tutores disponham de habilidades e competências para assegurar educação qualificada e autônoma, iniciando pela adaptação aos desafios de documentos pedagógicos como planos de aprendizagem, projeto pedagógico e demais guias norteadores, visando multidisciplinaridade e formação humana.

Assim sendo, Follmann (2015) afirma que compete ao professor decidir as estratégias que estimulam a independência de seus acadêmicos, fazendo com que a educação seja aderida através de processo de ensino-aprendizagem funcional, em conformidade com os conteúdos programáticos nas Diretrizes Nacionais Curriculares, Conselho Nacional de Educação, além de ser um profissional sensível, motivador e humano.

De fato, o domínio de conteúdo não é o suficiente para que o professor tutor seja um dos atores do processo de ensino-aprendizagem. Sua presença em tutorias presenciais ou virtuais, síncronas ou assíncronas fará diferença aos estudantes, para tanto, destaca-se que “um professor entusiasmado, combinado com planejamento e técnicas adequadas, é o caminho para o sucesso do processo de aprendizado” (PINTO, 2015, p. 130).

Acrescenta-se também que professores tutores podem e na maioria das vezes não são os professores conteudistas de cadernos pedagógicos, necessitando dominar o conhecimento das temáticas, linha de raciocínio dos autores e metodologias empregadas no desenvolvimento dos materiais didáticos para compartilhar o conteúdo de forma sábia, aliando-se às TIC's para tornar a aula mais atrativa e proveitosa.

No Brasil, os instrumentos de subsídios aos docentes não são claros no que tange ementas, planos de aprendizagem, “contribuindo para que os cursos apresentem interpretações próprias acerca de suas ementas e encaminhem o ensino conforme aptidão de seus coordenadores e professores” segundo Follmann (2015, p. 28), possibilitando interpretações diversas acerca das habilidades e competências destes profissionais.

### **2.3 Formação pedagógica e específica**

O Ministério da Educação – MEC, aborda sobre a necessidade de que o corpo docente seja integrado por profissionais com habilidades específicas em educação à distância para atuarem como professores tutores, contribuindo, também, para o próprio desenvolvimento educacional, social e político destes profissionais, “com experiência na área de ensino e em educação à distância, com qualificação adequada ao projeto do curso” (BRASIL, 2007, p. 18).

Tangente à formação técnica, é de extrema importância que os tutores possuam ao mínimo especialização na sua área, devido a necessidade de crítica para sua autoavaliação, ou seja, para verificação do cumprimento das atribuições relativas a tutoria, voltadas ao curso que atuam ou disciplinas que ministram, segundo Custódio et al., (2019).

Legalmente, segundo o MEC e o Decreto nº 5.622, artigo 12, item VIII, exige-se “apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância”.

Ademais, requer-se participar de programas de capacitação continuada, necessários para conduzir as transformações e as exigências desta modalidade de ensino, no século XXI, com finalidade de prestar suporte satisfatório aos alunos.

Para Belloni (2006, p. 106), “(...) a formação dos docentes no ensino superior será talvez o maior desafio a ser enfrentado pelos sistemas educacionais, sendo por outro lado a condição necessária (...) para qualquer transformação da educação em todos os níveis”.

Em consonância com Custódio et al. (2019), complementa-se tal discussão que a necessidade de formação ampla e especializada nos respectivos cursos superiores EaD são fundamentais para que possa se ter condições de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, assim como a produção de conteúdo, elaboração de planos de aprendizagem, planos de aula, interação das aulas, assessoramento e aplicação de instrumentos avaliativos.

Em bibliografias, encontram-se diversos tipos e modelos de tutoria que consideram distintos fatores para tais classificações.

## **2.4 Tipologias de tutoria**

Os professores tutores são agentes fundamentais nos cursos EaD, pois fazem parte do processo de aprendizagem dos acadêmicos, sejam aqueles presenciais ou virtuais/ eletrônicos.

Para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2010, p. 33), “o professor-tutor presencial está junto aos alunos, face a face, promovendo interação com os conteúdos, com o professor e com outros alunos, utilizando-se também, em alguns momentos, de tecnologias”.

Para Mill (2008, p. 114), a “tutoria virtual dedicada ao acompanhamento dos educandos virtualmente (a distância), por meio de TICs”, possibilitando maior atendimento aos alunos em relação às dúvidas gerais e específicas, satisfazendo as demandas educativas de modo personificado, o que requer domínio do tutor.

Sob o mesmo ponto de vista de Rodrigues, Schmidt e Marinho (2011, p. 38), a educação a distância requer “fluxo de comunicação contínua, interativa e multidirecional, mediada pela ação tutorial, com acompanhamento pedagógico e avaliação sistemática da aprendizagem”, incumbindo a tutoria de mediar e interpretar as informações solicitadas aos estudantes.

Outro aspecto essencial nesse processo de educação à distância é a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), pois fornece ao aluno os elementos necessários para desenvolver sua aprendizagem, além de ser relevante para a interação entre o tutor e aluno, atualmente existem diferentes AVA com diferentes formas de disponibilizar o contato com a tutoria (FLORES; GAMEZ, 2004).

Diversas IES atribuem a atividade de desenvolvimento de provas para a equipe da tutoria digital, entretanto, recomenda-se o contato direto com a tutoria presencial para que as questões sejam coerentes com os conteúdos expostos e debatidos e também para conhecer a forma e metodologia de trabalho dos colegas.

Ambos possuem algumas atribuições em comum, mas também específicas, como podem ser observadas na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Atribuições da tutoria

<b>Presencial</b>	<b>Eletrônica</b>
Elaborar relatório mensal/diário de classe e encaminhar para a coordenação;	Mediação de processo pedagógico geograficamente distantes;
Necessita de espaço próprio (polo, sala de aula, laboratórios);	Necessita de equipamentos (computador, internet, etc) para desempenhar suas atividades;
Orientar o autoestudo, acompanhar presencialmente as atividades e pesquisas e provocar aprendizagem;	Estimular reflexão, crítica, auxiliando o aluno a ampliar o conhecimento;
Manter regularidade de acessos ao AVA, selecionar materiais de apoio atualizados;	Utilizar ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas;
Permite maior proximidade com a prática;	Familiarizar o aluno com o hábito de pesquisa bibliográfica;
Corrigir as avaliações e fornecer feedback;	Mediar relações sociais entre alunos e professores;
Exige horários e datas pré-estabelecidas;	Auxiliar na compreensão do material didático;
Melhor controle de aprendizagem;	Acompanhar atividades on-line, conduzir tarefas;
Dar retorno aos alunos em 24h;	Oferecer novas fontes de informações;
Colaborar com a coordenação;	Sustentação teórica do assunto;
Ter domínio dos conteúdos;	Ter domínio dos conteúdos;
Conhecer o PPC do curso;	Buscar fluência nas TICs;
Esclarecer dúvidas.	Assessorar fóruns;

Fonte: Loch (2009); Ministério da Educação - MEC (2007). Adaptado pelos autores.

Ao analisar a tabela 2, compreende-se que as atribuições dos professores tutores demandam habilidades, aperfeiçoamento e dedicação para desempenharem suas respectivas funções com competência, contribuindo na troca de conhecimento e experiências, com clareza, objetividade e boa comunicação para melhor assimilação do conteúdo pelo educando.

Destaca-se ainda que ambas tutorias devem confeccionar “relatórios estatísticos” e de suas atividades, como o diário de classe, repassando à coordenação, todavia, “as atribuições dos tutores podem variar conforme tenham sido definidas no projeto pedagógico de cada curso ou no programa”. (RODRIGUES; SCHMIDT; MARINHO, 2011).

Assim como os dois grupos de tutoria apresentados, há também modalidades por diversos meios.

## 2.5 Modelos de tutoria

No decurso desta pesquisa, identificou-se diversos modelos de tutoria aos educandos do EaD, independentemente de qual seja, são essenciais para a desenvoltura do aluno.

As classificações e análises de pontos fortes e fracos, dos respectivos modelos, podem ser observadas de modo sintetizado na tabela 3:

Tabela 3 - Modelos de tutoria

Tutoria	Descrição	Pontos fortes	Pontos fracos
<b>Por correspondência</b>	-Modelo mais antigo; -Alcance Maior; -Não necessita de tecnologia complexa; -Permite devolutivas ao aluno com amplas recomendações;	-Atenção individualizada; -A comunicação do tutor permite uma referência para o aluno; -O tutor pode tornar a comunicação mais emocional, motivacional, expressando expectativas;	-O tutor deve ter habilidade com a escrita; -O tempo de resposta pode ser grande; -Requer boa logística da IES para organização das correspondências;
	-Contato pessoal e individualizado; -Permite maior agilidade ao eliminar dúvidas;	-O aluno tem possibilidades de esclarecer dúvidas que surgem durante a sua orientação;	-Sujeito a problemas técnicos; -A comunicação deve ser sintetizada e muitos alunos estão preparados

<b>Por telefone</b>	-É necessário estabelecer regras de datas, horários, período de ligação e assuntos abordados; -A IES deve possuir ramal;	-Redução de custos para o aluno; -Melhor relação interpessoal entre aluno e tutor;	-para serem claros e objetivos; -Em algumas zonas rurais não há infraestrutura para atender tal demanda; -Atendimentos com horários pré-estabelecidos;
<b>Por televisão</b>	-Atinge diversas classes sociais; -Permite a difusão do ensino; -Traz práticas, valorização do professor e reconhecimento como mediador;	-Motivadora ao aluno; -É um meio audiovisual por excelência; -Rompe barreiras de espaço e tempo; -Utiliza-se recursos como filmes, músicas, realidade, cultura;	-Alto investimento em aparelhos; -Exige qualificação e competência de todos os envolvidos; -Uso justificado quando o público é amplo; -Ausência de interativa a com os alunos;
<b>Por computador</b>	-Revolucionou o EaD; -Permite o uso de ferramentas síncronas, como: chat, áudio e vídeo; -Permite também o uso de ferramentas assíncronas, como: fóruns e listas de discussões; -O tutor pode ser considerado um animador ou motivador virtual.	-Permite integração e discussões entre colegas e tutor; -Maior praticidade em disponibilizar materiais; -Maior autonomia do aluno; -Maior flexibilidade; -Biblioteca on-line à disposição de alunos e professores 24h.	-Exige conhecimento em tecnologias; -Nem todos os alunos e professores possuem internet, fazendo com que se desloquem ao polo; -Podem ocorrer problemas técnicos; -Alto investimentos por parte da IES em plataformas de aprendizagem; -Em provas <i>on-line</i> podem ocorrer cópias de respostas.

Fonte: (BELLONI, 1999; BETTANCOURT, 2009; LANDIM, 1997; PETERS, 2003 apud LOCH, 2009, p. 16-22). Adaptado pelos autores.

Ao analisar a tabela 3, interpreta-se que independentemente da modalidade de tutoria, há características relacionadas ao acesso e compreensão das tecnologias, ao desenvolvimento prático de atividades, integração entre alunos *versus* tutor e relações cognitivas. Nota-se também, tipologias que apresentam características ora específicas, ora em comum.

Ressalta-se que ainda não há um modelo que apresente apenas pontos fortes, embora o uso de metodologias ativas condizentes com o curso estimule e auxilie o aluno no processo de ensino-aprendizagem, entretanto não evita a existência de limitações ao tutor e alunos.

### 3 METODOLOGIAS ATIVAS APLICADAS NO EAD

A utilização de metodologias ativas, particularmente no EaD, contribui para a construção do ensino-aprendizagem, de modo prático e ágil, sendo eficiente e

qualificada, em um lapso temporal relativamente enxuto, o que demanda tal adoção por parte dos docentes.

### **3.1 A utilização de metodologias ativas no ensino à distância**

O ensino apenas por meio de aulas expositivas está defasado, especialmente no EaD por razão de ser mecânico e acrítico, entretanto, a adoção de metodologias ativas é considerada como estratégia para impulsionar a autoaprendizagem do aluno, envolvendo-o, compartilhando a sua opinião com a turma, além de sentir-se pertencido ao ambiente estudantil.

De acordo com Silva, Bieging e Busarello (2017), no EaD é necessário romper com o paradigma conteudista, fazendo com que os alunos desenvolvam o poder de reflexão, questionamento e provocação, por meio de metodologias ativas, pelo fato de que:

A aprendizagem ativa aumenta a nossa flexibilidade cognitiva, que é a capacidade de alternar e realizar diferentes tarefas, operações mentais ou objetivos e de adaptar-nos a situações inesperadas, superando os modelos mentais rígidos e automatismos pouco eficientes. (MORAN, 2005, p. 24).

O EaD exige práticas pedagógicas inovadoras, afinal, cursos tecnológicos são ágeis, com duração e número de encontros presenciais reduzidos, e partir das metodologias ativas o processo de ensino-aprendizagem é estimulado, concebendo os acadêmicos, conforme citam Silva, Bieging e Busarello (2017, p. 35), como os “protagonistas da sua aprendizagem, e na interação com o meio, desenvolvem estruturas mentais e assimilam esquemas de ação” através do tutor, transformando o aluno de forma evolutiva e positiva.

Adentrando no contexto do aluno EaD, o SENAC (2016, p. 10) considera este como a “figura central do processo de ensino-aprendizagem, e todo o trabalho desenvolvido pelo tutor é elaborado visando ao seu sucesso. Cada aluno traz consigo características próprias que devem ser consideradas e, por isso, o tutor precisa conhecer o perfil do aluno (...)” possibilitando utilizar metodologias, soluções, estratégias que possam garantir o sucesso da mediação e processo de ensino-aprendizagem.

Tais práticas, incitam aos estudantes que sejam os responsáveis pela autoconstrução do seu conhecimento a partir de situações reais ou simuladas, aperfeiçoando e desenvolvendo seu lado crítico e formador de opinião, de forma autônoma, ativa e com êxito, exercitando sua autogestão ao longo do curso.

De acordo com Moran (2013), o ensino EaD requer que a interação do aluno *versus* conteúdo ocorra de modo ativo, por intermédio de ações rápidas, audição, questionamentos, discussões, para entendimento conceitual e clareza sobre o assunto, para esse “conhecimento construído não precise ser retomado, apenas lembrado.” (LOVATO *et al.*, 2018, p. 158).

De acordo com Souza, Mario e Araújo (2016), a utilização adequada de ferramentas e estratégias voltadas para o ensino prático faz com que ocorra integração entre teoria e prática rapidamente, despertando pensamento crítico e reflexivo, bem como atenção, competências, atitudes e autorresponsabilidade dos acadêmicos, fomentando a autonomia do aluno, viabilizando a execução de atividades práticas que são essenciais aos futuros profissionais.

Destaca-se que as metodologias ativas aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem devem ser didáticas e intuitivas com trilhas de aprendizagem personalizadas, de modo a atender as “diferenças individuais, promover a aprendizagem significativa, incentivar a interação, fornecer feedback e facilitar a aprendizagem contextual” (ALLY, 2004 apud SILVA; BIEGING; BUSARELLO, 2017, p. 94).

Portanto, é essencial que o tutor detenha domínio de diretrizes orientadoras como metodologias ativas de modo a deter e ponderar dispositivos didáticos, pois estas funcionam como estímulo para a busca de conhecimentos, de forma prática, afinal, não é possível replicar o mesmo processo adotado no ensino presencial devido às especificidades do EaD, conforme complementa Senac (2016).

### **3.2 O estudo de caso como metodologia ativa**

Cursos de graduação requerem o uso destes recursos com maior frequência, pois as disciplinas são demasiadamente práticas, exigindo conteúdos atrativos e que garantam a interação entre a turma e o professor tutor.

Segundo Garofalo (2018), existem diversos métodos como Aprendizagem Baseada em

Projetos, Aprendizagem entre Times, sala de aula invertida, rotação por estação, entre outras, porém, a mais utilizada é a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), que para Borochovcicius e Tortella (2014, p. 268), “tem como premissa básica o uso de problemas da vida real, para estimular o desenvolvimento conceitual, procedimental e atitudinal do discente”.

Visando a praticidade, sugere-se a adoção da aprendizagem baseada em problemas (ABP), que “tem como premissa básica o uso de problemas da vida real, para estimular o desenvolvimento conceitual, procedimental e atitudinal do discente” conforme citam Borochovcicius e Tortella (2014, p. 268).

Nesse sentido, Camargo e Levinton (2019) pactuam que tal estratégia transforma o acadêmico como o protagonista das suas futuras ações profissionais e compreendendo o seu papel social em meio à comunidade, por meio de aprendizagem indutiva, a partir de soluções para situações-problema e estímulos conceituais e procedimentais.

Tal estratégia de ensino visa favorecer no processo de ensino-aprendizagem do estudante com qualidade prática relacionada com as experiências do tutor, rompendo com a tradição de ensino, com a finalidade de estimular e engajar os alunos, desde que sejam adaptadas às individualidades, a partir de comandos, caminhos para busca de informações e conhecimentos a partir de situações presentes no cotidiano, segundo a ótica de Soares Junior e Martins (2020).

Como ferramenta auxiliar do processo criativo, os professores dos cursos superiores à distância, em sua maioria, adotam como metodologia ativa o estudo de caso, a qual visa estimular a análise crítica de modo construtivo, aproximando o acadêmico com situações-problemas do cotidiano, como comentam Camargo e Levinton (2019).

As autoras ainda acrescentam que atividades como estudos de situações reais, com propostas de problemas, por exemplo, viabilizam o desenvolvimento de atividades mais práticas. A partir do material fornecido, os alunos buscariam maneiras de encontrar soluções para o problema entregue.

Desse modo, a aplicação de metodologias ativas e o *feedback* do professor tutor são imprescindíveis, indicando os equívocos e acertos através de atividades dinâmicas-funcionais.

A vista disso, o aluno sente-se mais seguro, apto a propor soluções, desenvolve a criatividade, participa e constrói o seu próprio conhecimento, tornando o aprendizado sereno.

#### **4 A HUMANIZAÇÃO NO ENSINO À DISTÂNCIA**

A presença do professor tutor, além de ser o referencial devido à sabedoria, também contribui no processo de ensino-aprendizagem devido a sensibilidade, ao afeto e acolhimento partilhados, envolvendo e engajando os discentes no autoestudo e atividades.

Nesse sentido, a atenção humanizada no EaD contribui para resultados e desenvoltura positiva aos alunos e às instituições de ensino, especialmente porque “Em EaD, o centro do processo de ensino e aprendizagem não é mais o interesse do professor na disciplina, mas, sim, o que o aluno precisa aprender” (SOUZA; MARIO; ARAÚJO, 2016, p. 3), necessitando de diálogos próximos, incentivadores e atividades dinâmicas.

A prevalência da afetividade, de motivação, de segurança, da participação ativa e respeito através da tutoria ativa mantém os acadêmicos imersos e estimulados no autoestudo e atividades solicitadas, rompendo os paradigmas do ensino tradicional através “linguagem natural, que lhe garanta formas de comunicação nas relações sociais em momentos de sofrimento, de angústias, de aprendizagem, de comunicação, de interação e interatividade, entre outros” (ROCHA, 2016, p. 1) através da busca aos educandos através das TICs.

Neste contexto, “conhecer o aluno é fundamental para o sucesso do projeto em EAD, e esse conhecimento ajuda a superar barreiras, distâncias que não são apenas físicas, estáticas, mensuráveis em quilômetros, mas complexas e fluidas na relação professor-aluno” (SENAC, 2016, p. 10).

Em conformidade com SENAC (2016, p. 21), “o docente, na atualidade, não é mais definido como um transmissor de conteúdo, mas como um mediador do conhecimento”, mas sim, um profissional que conecta discente *versus* conteúdo, favorecendo a interação e as aprendizagens, sejam elas colaborativa ou cooperativa, através de recursos tecnológicos.

No âmbito das TICs, acrescenta-se que habilidades básicas em ferramentas digitais são necessárias, contudo, há necessidade de orientação por parte da tutoria,

fato este que aproxima e mantém os alunos ativos, visto que o aprendizado ocorrerá através das salas de aula virtuais, e muitos estudantes ainda possuem *déficit* digital, conforme perspectiva de Soares Junior e Martins (2020).

Ainda na visão dos autores, a mediação afetiva integra o processo de ensino-aprendizagem discente e tal relação de proximidade é capaz de transformar o conhecimento em sabedoria, fazendo com que os alunos, no contexto do EaD, se sintam mais confiantes de suas decisões através do acolhimento e sensibilidade.

Para França et. al (2017, p. 62), o tutor, portanto, “não é visto como transmissor de conhecimentos já produzidos, mas como um agente autônomo, que produz saberes e práticas inovadoras, favorecendo a autonomia da aprendizagem e a formação de futuros práticos” e no âmbito da humanização, é desejável que sua competência socioafetivas desperte o interesse dos educandos pelo curso, pelo conteúdo, através de diálogos cordiais, instigantes, provocativos, acolhedores e empáticos.

Ainda na visão dos autores, o lado acolhedor trata a flexibilidade em entendimentos emocionais juntamente com a preocupação em proporcionar ambiência favorável e qualificada, respeitando as individualidades de cada estudante, reconhecendo os esforços, empenho, dedicação e capacidade.

À luz dessas concepções, o apoio humanístico aos discentes, através de tutoria ativa, pode reduzir o número de evasões por estabelecerem conexões com os alunos, integrando-os ao grande grupo, possibilitando a sensação de pertencimento, refletindo diretamente no índice de aproveitamento, preparo, participação em fóruns e chats, conforme explanam Souza, Mario e Araújo (2016).

De acordo com França et. al (2017), outro aspecto relevante é a competência socioafetiva do professor tutor, cuja fala deve ser interpretada como forma de aceitação junto ao contexto real, assim como entendimento de fragilidades técnico-psico-pedagógicas, representando um profissional ético e verdadeiro ao avaliar instrumentos avaliativos e questionamentos com atenção.

Acerca do contexto, para Souza, Mario e Araújo (2016), cabe ressaltar que não se requer aos tutores que estes sejam “psicólogos” dos alunos, mesmo que seja desejável a compreensão emocional, a tutoria pode incitar palavras e criar momentos motivadores para impulsionar o avanço dos estudos e enfrentamento dos desafios propostos aos aprendizes.

À vista disso, “nos espaços educativos, iniciativas que fomentem a reflexão, a ação autônoma e criativa, o planejamento e as estratégias mentais estarão no caminho para a concretização de uma educação popular e humanizadora” (FRANÇA et. al, 2017, p. 63), de modo a fortalecer a prática pedagógica.

Na ótica humanista, o papel do tutor “ao assumir a função de mediador do conhecimento, o tutor os conduz à prática da vida social, o que vai muito além do seu papel social institucional de prepará-los para o mundo do trabalho” (FRANÇA et. al, 2017, p. 65), considerando princípios sobre os direitos humanos.

Em suma, segundo Soares Junior e Martins (2020), os laços afetivos entre docentes e discentes auxiliam e fazem parte do envolvimento pedagógico, e de forma humanizada, a tutoria possibilita catalisar a quantidade de conteúdo, tempo de aprendizagem, enfrentando as dificuldades individuais e coletivas da construção do conhecimento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo teve seu objetivo de descrever a necessidade do tutor apropriar-se de metodologias ativas durante as aulas. Recorrendo à elaboração deste estudo, foi possível identificar as atribuições e quais as responsabilidades que o professor carrega consigo, diga-se de passagem, são diversas e fundamentais para que o aluno se mantenha motivado.

Com relação à formação profissional, as IES buscam docentes preparados, experientes, pedagogicamente e tecnicamente qualificados, para que detenham didática, principalmente para aplicar e orientar as atividades práticas. Afinal, o professor tutor é um profissional multidisciplinar que deverá possuir o domínio dos conteúdos do curso.

Sobre as habilidades e competências dos docentes, há necessidade do tutor em desempenhar suas atribuições de forma humanizada e acolhedora, com o máximo de atenção para não haver a inversão de papéis com o professor formador, afinal, o aluno EaD deve ser independente em sua trajetória acadêmica e o seu tutor deve ser responsável pela mediação através de processos dinâmicos relacionados às metodologias adotadas, necessitando ir além dos saberes técnicos, metodológicos e teóricos, evidenciar seu papel com clareza para definir uma identidade profissional.

Destaca-se que a adoção de metodologias é fundamental para desafiar e estimular os alunos e são consideradas ferramentas interessantes, no qual é possível personalizar e potencializar ao máximo o processo de ensino-aprendizagem, a partir de um plano flexível que propõe a construção e consolidação destas.

A pesquisa sobre a utilização de metodologias ativas nos cursos superiores EaD alcançou o objetivo, e permite observar que a aplicação destes recursos é extremamente benéfica e proveitosa, vez que estimulam os alunos a resolver problemas com ideias obtidas de pensamentos “fora da caixa”, com total autonomia, despertando criatividade rompendo barreiras metacognitivas.

A atuação do professor tutor enquanto articulador entre conhecimento e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, este possibilita mediação efetiva, contribuindo para a desenvoltura dos acadêmicos no ensino 4.0 através da implantação do *e-learning*, assim como maior autonomia e independência aos cursistas,

O tratamento respeitoso e sensível ao relatar feedbacks, orientações em AVAs faz com que o aluno se sinta confortável e acolhido, incentivando-o direta e indiretamente a permanência no curso, tendo em vista que serão exploradas as suas potencialidades e limitações, as quais serão exploradas e guiadas durante o processo de autoaprendizagem.

Finalmente, encerra-se esta pesquisa com o entendimento de que os professores tutores são docentes que se preocupam em proporcionar clima favorável para o ensino e troca de experiências, conhecimentos, assim como concretizar e solidificar o aprendizado respeitando as particularidades e diversidade cultural dos educandos.

### **Referências**

ALCÂNTARA, Cláudia Sales; LIMA, Maria Socorro Lucena; SALES, José Albio Moreira. O arquiteto-professor: a opção pela docência dos arquitetos urbanistas do estado Ceará. **Revista do Centro de Educação Ufsm**, Santa Maria, v. 41, p.95-106, abr. 2016. Contínua. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15165/pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BEHAR, Patrícia Aljeandra. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. **Aprendizagem Baseada em Problemas**: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, 2014. ISSN 1809-4465.

BORTOLOZZO, A.R. S et al. **Tutoria em EAD** / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. - Curitiba : SEED – Pr., - 20 p. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**: Versão Preliminar. Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância. 2007.

CAMARGO, Larissa Siqueira; LEVINTON, Sabrina Giselle. A metodologia ativa como auxiliar no ensino de design a distância. In: **Anais do 13º Congresso Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. São Paulo: Blucher, 2019. v. 6, p. 5817-5824.

CONTRERAS, José. El saber de la experiencia en la formación inicial del profesorado. **Revista Interuni-versitaria de Formación del Profesorado**, v. 27, n. 3, p. 125-136, 2013.

CRUZ, Joseany Rodrigues; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. n. 13-Trajectoria da educação a distância no Brasil: Políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, 2019.

CUSTÓDIO, S.G. et al. O Papel do Tutor na Humanização da Aprendizagem na Educação a Distância. **eaD em Foco**, V9, e767. 2019. doi:<https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.767>.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini-Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª ed. Curitiba: Positivo. 2012.

FLORES, Angelita M.; GAMEZ, Luciano. **Tecnologias aplicadas à educação a distância. Monografia** (Especialização em Metodologia da Educação a Distância) - Palhoça: UnisulVirtual, 2004.

FOLLMANN, Giselle Blasius. **Proposta de modelo para o planejamento em projetos em design**: uma contribuição para o ensino do design no brasil. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FRANÇA, Creuza Martins *et al.* O sentido do conceito humanizador no trabalho de tutores a distância. **Revista de Educação**, Brasília, v. 41, n. 154, p. 57-76, 05 dez. 2017. Trimestral.

GAROFALO, Débora. **Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado**. 2018. Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado?gclid=EAlaIQobChMIIsqz65bDC6QIVwYSRCh1j2QRvEAAYAiAAEgIGAPD\\_BwE](https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado?gclid=EAlaIQobChMIIsqz65bDC6QIVwYSRCh1j2QRvEAAYAiAAEgIGAPD_BwE). Acesso em: 20 maio 2022.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância**. São Paulo: Avercamp, 2005.

KANEOYA, Francisca Maria Mami; MORAES, Mário César Barreto. As diferentes taxas de evasão de uma IES pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO A DISTÂNCIA, 17., 2020, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Ciesud, 220. p. 676-691.

LOCH, Márcia. Tutoria na Educação a distância. /EAD/ [Caderno Pedagógico]. Indaiá: Uniasselvi, 2009. 126 p.: il.

LOVATO, Fabricio Luís *et al.* Metodologias ativas de aprendizagem: uma breve revisão. **Acta Scientiae**, Canoas, v. 20, n. 2, p. 154-171, maio 2018. Bimestral.

MILL, D. et al. **O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância**: o tutor e sua importância nesses processos. Texto impresso, 2008.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância**: sistemas de aprendizagem online. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAN, J. M. O que é Educação a Distância. Universidade de São Paulo. Disponível em: <  
[www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf) >. Acessado em 05 de outubro de 2022.

MORAN, José. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, Solange Franci Raimundo *et al.* **Novas Tecnologias Digitais**: reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: Crv, 2017. p. 23-35.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Tutoria em EAD / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. - Curitiba: SEED - Pr., 2010. - 20 p. - (Cadernos temáticos). Disponível em:  
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015329.pdf>. Acesso em 20 maio 2022. ISBN 978-85-8015-023-0.

PINTO, Rosilaine Aparecida. Métodos de Ensino e Aprendizagem sob a Perspectiva da Taxonomia de Bloom. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 96, n. 1, p. 126-155, maio 2015.

ROCHA, Enilton Ferreira. **Humanização da Aprendizagem na EaD**. 2016. Disponível em: [http://www.abed.org.br/arquivos/Humanizacao\\_Enilton\\_Rocha.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/Humanizacao_Enilton_Rocha.pdf). Acesso em: 04 out. 2022.

RODRIGUES, Cleide Aparecida Faria; SCHMIDT, Leide Mara; MARINHO, Hermínia Bugeste. **Tutoria em Educação a Distância**. Ponta Grossa: Uepg, 2011. 125 p.

SANTO, E. E.; CARDOSO, A. L.; SANTOS, A. G. Reflecting about the presential tutor role in distance education: a case study in an Associated Center. In: 9th International Technology, Education and Development Conference, 2015, Madrid. INTED2015 Proceedings. Madrid: INTED, 2015. p. 7280 - 7287. Disponível em: . Acesso em: 29 de setembro de 2022.

SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -. **Ambientação de Tutores a Distância**. Florianópolis: Senac Sc, 2016. 45 p.

SILVA, Andreza Regina Lopes da; BIEGING, Patricia; BUSARELLO, Raul Inácio. **Metodologia ativa na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. 150 p.

SILVA, K. C.; Guimarães, F. G. **EAD - Sua Origem Histórica, Evolução e Atualidade Brasileira Face ao Paradigma da Educação Presencial**. Belo Horizonte, Minas Gerais; 2008.

SOARES JUNIOR, R. S.; MARTINS, J. L. Aprendizagem Humanizada por meio do Ensino Híbrido. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, e1110, 2020.  
<https://doi.org/10.18264/eadf.v10i2.1110>

SOUZA, Sérgio Rodrigues de; MÁRIO, Júlio César Merij; ARAUJO, Liliane Rodrigues de. Da necessidade de humanização nos processos de tutoria nos cursos da modalidade EaD. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 5., 2016, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: Horizonte, 2016. p. 1-9.

## O PRIMEIRO BISPADO DE JUIZ DE FORA DIANTE ASPECTOS SECULARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rosiléa Archanjo de Almeida<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

DOI: 10.5281/zenodo.8065991

### RESUMO

Neste artigo, expomos as ações de Dom Justino José de Sant'Ana frente à ascensão da modernidade em Juiz de Fora (MG). Em 1925, o primeiro bispo da então diocese, chega à cidade permeada pela forte industrialização e pela pluralidade religiosa e cultural. Promove ações que vão reafirmar a hegemonia da Igreja Católica, e o enfrentamento aos traços seculares, vivenciados no Brasil entre o século XVII e meados do século XX. A partir desse cenário questionamos: como podemos interpretar as ações de Dom Justino em meio a uma sociedade industrializada, religiosamente plural e cultural no início do século XX? A secularização se contrapõe ao conservadorismo da Igreja, ao defender a entre tantos traços, a liberdade religiosa, ameaçando a hegemonia da instituição. Nos baseamos em pesquisa bibliográfica e na análise do conteúdo pesquisado a partir da proposta de Laurence Bardin, a partir da perspectiva quantitativa, analisando a frequência de ocorrência de determinadas construções e referências sobre o bispado em questão.

**Palavras-Chave:** Dom Justino; Ações Episcopais; Secularismo; Juiz de Fora.

### ABSTRACT

In this article, we expose the actions of Dom Justino José de Sant'Ana in the face of the rise of modernity in Juiz de Fora (MG). In 1925, the first bishop of the then diocese arrived in the city permeated by strong industrialization and religious and cultural plurality. It promotes actions that will reaffirm the hegemony of the Catholic Church, and the confrontation with secular traits, experienced in Brazil between the 17th century and the middle of the 20th century. Based on this scenario, we question: how can we interpret Dom Justino's actions in the midst of an industrialized, religiously plural and cultural society at the beginning of the 20th century? Secularization is opposed to the conservatism of the Church, by defending, among so many features, religious freedom, threatening the hegemony of the institution. We are based on bibliographical research and on the analysis of the researched content from the proposal of Laurence Bardin, from the quantitative perspective, analyzing the frequency of occurrence of certain constructions and references about the bishopric in question.

**Key words:** Don Justino; Episcopal Actions; Secularism; Juiz de Fora.

### INTRODUÇÃO

Exibimos neste artigo um apanhado histórico-analítico com foco na atuação do primeiro bispo de Juiz de Fora (MG), Dom Justino José de Sant'Ana, entre os anos de 1925 a 1958, através de suas ações episcopais na diocese mineira. Nosso

objetivo é expor as ações promovidas por Dom Justino em Juiz de Fora, sede da região eclesiástica, numa época em que traços seculares permeavam a cidade, pluralmente cultural, religiosa, e com ascensão industrial. Apresentamos como objetivos específicos, o panorama local onde está inserido o catolicismo juntamente com outras denominações, expomos a relevância social desta religião para a cidade e apresentamos o bispado Juiz de Fora como forma de exemplo, no que tange a relação com o cenário urbano, em relação a outros centros do país.

Partimos do seguinte questionamento: como interpretar as ações episcopais de Dom Justino em meio a uma sociedade industrializada, religiosamente plural e cultural no contexto do início do século XX?

Diversos autores já abordaram o tema da secularização e sua aplicação na esfera pública e religiosa, como demonstra Paula Montero:

[...] os processos de secularização podem ser pensados como produto do próprio trabalho religioso: alguns estudos [...], têm chamado nossa atenção para a profissionalização dos agentes religiosos em política pública. Também a transformação da compreensão internacional do que são os direitos democráticos têm incorporado as religiões ao campo dos direitos específicos a serem respeitados. Finalmente, quando se desloca o foco de observação dos fenômenos religiosos das instituições para as práticas, percebe-se um descompasso entre os modelos teóricos fundados nos comportamentos e nas crenças e aquilo que efetivamente fazem os indivíduos (MONTERO, 2012, p. 170).

Em relação ao catolicismo em Juiz de Fora, tomamos como referencial para esta análise, os autores Riolando Azzi, Mabel Salgado Pereira e Cônego Maximiliano de Oliveira que retrataram fragmentos do recorte temporal analisado em nosso artigo. Eles apresentam a Romanização, e traços do episcopado de Dom Justino. Segundo esses autores, Dom Justino tinha como intento, que a Igreja estivesse mais próxima da sociedade, objetivando a recuperação de sua autoridade frente à secularização, o episcopo então, promove várias ações. É justificável o retorno a este tema, pois temos o intuito de acrescentar questionamentos e opiniões equivalentes, ou até mesmo diferentes das já pesquisadas acerca da discussão sobre secularização e seus aspectos na sociedade juiz-forana, servindo como mais uma fonte a ser pesquisada.

Iniciamos nosso texto apresentando as características do movimento secular, que terá seus aspectos presentes no panorama sociocultural e político de Juiz de

Fora na época da posse de seu primeiro Bispo. Apresentamos brevemente como foi seu sacerdócio em Canavieiras (BA), sua chegada à cidade, e por fim, como suas ações foram incorporadas à tal sociedade pluralista.

## **1. O PROBLEMA DA RELIGIÃO NA MODERNIDADE**

O século XVII marcou a filosofia e a sociologia a partir de máximas funcionalistas que colocavam em dúvida a função da religião para a sociedade. Tal questionamento originou crise na religião no mundo moderno. Este período conhecido por secularização, conforme Peter Berger (1985), é “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (BERGER, 1985, p. 119). A modernidade secularista, “processo histórico cultural complexo de transformação de mentalidades no Ocidente” (ZILLES, 1993, p. 10) até meados do século XX, é perpassada por aspectos iluministas do racionalismo, que oferecia ao indivíduo a oportunidade de escolha, algo que o afastaria das instituições religiosas. A respeito dessa modernidade na história do ocidente, Berger (1985) aponta que

a secularização manifesta-se na retirada das igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle e influência: separação da igreja e do Estado, expropriação das terras da igreja, ou emancipação da educação, do poder, eclesiástico, por exemplo. Quando falamos de cultura e símbolos, todavia, afirmamos implicitamente que a secularização é mais que um processo sócio estrutural. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos, nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo (BERGER, 1985, p. 119).

A “crise de credibilidade” na religião proporcionou um colapso de plausibilidade, ou seja, “a plausibilidade das definições religiosas tradicionais da realidade é posta em questão por pessoas comuns sem nenhum conhecimento ou mesmo interesse por teologia” (BERGER, 1985, p. 165). Ao separar a Igreja do Estado, a política estatal se solidificou distinguindo-se da linguagem religiosa e acentuando o declínio da mística e da fé humana.

Seguindo este raciocínio, Bonhoeffer (2003) acreditamos, que a partir da sua independência na consciência e na cultura o homem passou a ter liberdade diante de Deus. Em relação à autonomia humana Altizer e J. Hamilton (1967) afirmam que

“o ser humano se tornou criador de si mesmo” (ALTIZER; HAMILTON, p. 156). Para o filósofo Sören Kierkgaard, o conhecimento moderno é considerado objetivante. Fundamentado na dialética da fé:

conhecer objetivamente significa existir objetivamente, coisa que se opõe ao conceito de subjetivismo ou fé na opinião de por exemplo, Kierkgaard, com o aparecimento do conhecimento objetivo, a realidade surgiu como uma ordem objetiva e Deus foi banido do mundo real (ALTIZER; HAMILTON, 1967, p. 122).

Podemos observar a inquietação de Bonhoeffer (2003) quanto ao uso que fazemos do “Deus do além”, um “deus ex machina” que pode ser acessado quando nossas falhas se perpetuam em um mundo que tem consciência de si.

Sabemos que a secularização e suas consequências abriram um caminho para a teologia radical (BONHOEFFER, 2003), sugerindo um anúncio da “morte de Deus”, onde “fica evidente que tudo funciona sem Deus” (BONHOEFFER, 2003, p. 435). Tal “morte”, para o filósofo Nietzsche (s.d) tem o homem como seu principal causador: “[...] Deus morreu! Deus continua morto! E fomos nós que o matamos!” (NIETZSCHE, s.d, p. 129).

Como resposta do cristianismo à “morte de Deus”, Rubem Alves (1984) questiona a existência de desse “Ser Supremo” na modernidade, a partir do sentimento de limitação imposto pelo mundo. Para Alves (1984), Deus está morto pela falta de relação entre o homem e o transcendente, sendo este um problema antropológico. Assim, o autor acredita que “somos levados ao paradoxo de que a ausência de Deus é a única forma de sua presença e sua morte, a única expressão de sua vida. Crer em Deus é viver como se Deus não existisse!” (ALVES, 1984, p. 31).

Com o Estado mais forte, as políticas tomaram a cena e se distinguiram da linguagem religiosa, estabelecendo o declínio da mística e da fé e colocando em ascensão a razão.

A modernidade secularista, produto de mudanças incitadas pela ciência e pela tecnologia, foi caracterizada pelo anti-sincretismo, com aspectos iluministas da “razão”, oferecendo ao indivíduo a oportunidade de escolha, algo que o afastaria da religião.

Em relação ao pluralismo religioso no Brasil, sabemos de sua presença desde a gênese brasileira. No período colonial com os índios e católicos, na sequência com a inserção dos africanos, e mais recentemente com as denominações protestantes,

do oriente e dos neopentecostais. A Igreja Católica encontrou maior rivalidade no campo religioso com o aumento de tais denominações pois mesmo em anos passados, tais religiões não ofereciam grande ameaça, dada a hegemonia católica. Entretanto, após a secularização, as fronteiras religiosas tornaram-se cada vez mais tênues. “Pode-se observar um deslocamento importante na alocação política da Igreja Católica que ‘aceitou desengajar-se da sociedade propriamente política’ e passou a centrar-se na sociedade civil (MONTERO, 2018, p. 12). Acrescentamos a isso a possibilidade de o fiel não ter pertencimento institucional, mas manter a sua fé individual no transcendente. Segundo Alfred Stepan (apud MONTERO, 2018, p. 12), “acompanhando o declínio do anticlericalismo na Europa, a Igreja Católica cessara de buscar o controle da sociedade por meio de sua volta ao aparato do Estado”

O declínio das instituições religiosas no Brasil, assim como em outros países, provém principalmente do ideal de modernidade, que baseou a teoria da secularização. No âmbito de relação Igreja e Estado, Jürgen Habermas propõe um filtro institucional, para que as pautas religiosas não atinjam diretamente a política.

A partir desse cenário, chamamos a atenção para uma crescente individualização de grupos religiosos no processo de homogeneização da secularização. Com o crescimento e fortalecimento de instituições religiosas neotradicionais, também advém o processo de desinstitucionalização da identidade religiosa, isto é, estão ocorrendo trocas entre valores culturais e os indivíduos reagem de formas distintas.

As pessoas firmemente enraizadas numa tradição podem permitir-se uma certa margem de tolerância em relação àqueles que não partilham a tradição. Os neotradicionalistas não conseguem permitir esta tolerância. Para eles, a tradição não é simplesmente dada, eles a escolheram – não podem esquecer isto (BERGER, 2017, p. 35).

Se por um lado, o conceito de secularização ganhou o espaço favorável nas pesquisas e foi consolidado, mais recentemente, o próprio Berger (2000) desconstruiu a ideia de secularização, afirmando que o mundo

é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares. Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de ‘teoria da secularização’ está essencialmente equivocada. [...] Com certeza, a

modernização teve alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que em outros. Mas ela também provocou o surgimento de poderosos movimentos de contrasecularização. Além disso, a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual (BERGER, 2000, p. 10).

Para Berger (2000), algumas instituições religiosas perderam poder e influência contudo, as crenças e práticas religiosas permaneceram na vida dos indivíduos, a partir de novas formas institucionais e levando às explosões de fervor religioso.

## **2. O CENÁRIO LOCAL ANTES DA CHEGADA DO PRIMEIRO BISPO**

Tomamos o catolicismo como núcleo deste trabalho, por ser a principal religião presente na composição histórica e social do município, que a partir da devoção de seus fiéis nomeou o antigo arraial de Santo Antônio do Parahybuna, também conhecido popularmente por Morro da Boiada, onde se ergueu a primeira capela da região em honra a Santo Antônio de Pádua, e mais tarde, em 1850, se emancipou sob a alcunha de Juiz de Fora (ARQUIDIOCESE, 2011).

A presença da Igreja em Juiz de Fora é apresentada no documento local mais antigo, que se encontra no Arquivo Municipal, datado do ano de 1741 (ÁLBUM, 1996). Tal escrita faz referência ao pedido de construção da capela primária, remetida pelo luso-espanhol Antônio Vidal à Diocese do Rio de Janeiro, reforçando também a importância do culto aos santos na implantação da fé católica na região. A hierarquia da Igreja Católica de Juiz de Fora, antes da chegada do primeiro Bispo era subordinada à Diocese de Mariana, onde Dom Antônio Ferreira Viçoso seguia as diretrizes da Romanização Católica<sup>1</sup> (PEREIRA, 2002).

Como traços seculares, a conjuntura da cidade nos apresenta a criação de vias locais de relevância no traçado urbano, além da implantação de rodovias e da iluminação pública, episódios que tornaram a cidade pioneira, e a colocavam na vanguarda das cidades brasileiras, como a primeira experiência com energia elétrica

---

<sup>1</sup> A Reforma Católica Ultramontana teve início no Brasil a partir de meados do século XIX. Os reformadores se dirigiam em relação à definição da ortodoxia católica na doutrina e a reforma dos costumes morais da Igreja, a restauração da santidade e observância do celibato eclesial.

e sua iluminação pública, obra de Bernardo Mascarenhas inaugurada no dia 05 de setembro de 1889 (PEREIRA, 2002).

A partir de 1858 a cidade recebeu os primeiros imigrantes, que vieram auxiliar na constituição urbana, em especial na construção da Estrada União e Indústria<sup>2</sup>. Havia entre os colonos, fiéis católicos e protestantes, que além do setor industrial, fortaleceram o desenvolvimento cultural da Manchester Mineira<sup>3</sup>. “Ora, a modernidade, com a aplicação da ciência à técnica, promove a industrialização, transferindo a população do campo para a cidade” (PEREIRA, 2002), conseqüentemente, os que viviam em área rural e frequentavam a Igreja por tradição cultural, agora se dispersam em outras atividades.

A presença positiva dos imigrantes composta também de italianos, portugueses, turcos, espanhóis e outros, influenciados por doutrinas europeias, vão ser alvo de reclamações por parte da Igreja. Padre Júlio Maria, por exemplo, ao dirigir-se aos operários, acusa Juiz de Fora de ser uma nova Nínive: “Quantos são os operários que nesta cidade procuram a Igreja já não digo para a confissão e comunhão, mas simplesmente para a assistência à missa? [...] Quantos são os proletários que procuram a Igreja? Pelas ruas veremos muitos; na Igreja nenhum (BEOZZO, 1981).

Em 1873, Dom Viçoso manifestava sua objeção contra o progresso. “Que progressos são estes modernos, com que tanta gente enche a boca? [...] Progressos, progressos! [...] Muitos progressistas abstêm-se destas coisas [os sacramentos] nem nelas cuidam, e se riem ao ouvir estas palavras!” (VIÇOSO, 1873). Aliado a isso, a cidade foi fundada à margem do estilo de vida barroco, sem possuir características dessa época, herdando poucas qualidades pertinentes ao catolicismo devocional das cidades mineiras barrocas.

No lugar de catedrais, fábricas. Sem a opulência do barroco, o estilo neoclássico e eclético de seus prédios e a racionalidade da arquitetura industrial, que opõe chaminés às torres devotas. Sem a marca da cultura colonial mineira, Juiz de Fora distingue-se pelo cosmopolismo – urbana, moderna. [...] Cidade de operários, imigrantes e pioneiros que, no ritmo das engrenagens dos teares,

---

<sup>2</sup> Maior obra da engenharia em seu tempo na América Latina, em 7 de agosto de 1852, quando Mariano Procópio Ferreira Lage idealizou a 1ª estrada macadamizada (pedras compactadas) do país, ligava a província de Minas Gerais à corte do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Alcinha dada por Rui Barbosa, comparando Juiz de Fora à cidade inglesa, referência nos aspectos industriais e culturais.

fizeram-na ingressar no progresso da nova civilização que se anunciava nas metrópoles europeias (ÁLBUM, 1996, p. 1).

Alguns historiadores acreditam que por esses e outros motivos, alguns juizes foranos professavam de maneira diferente sua experiência religiosa, sendo pouco assíduos dos templos, pastorais e movimentos católicos. Como lembra o escritor natal Pedro Nava na obra “Baú de Ossos”, citada no livro “As Origens da Universidade de Juiz de Fora” da pesquisadora Lola Yazbeck. “Ser muito de Deus e pouco de padre. Muito de céu e pouco de igreja, muita prece e pouca missa” (apud YAZBECK, L.1999, p. 38). Em resumo, os principais ‘inimigos’ do catolicismo em Juiz de Fora eram: “[...] a falta de catequese, a instrução religiosa, os escândalos do clero, o indiferentismo religioso, a falta de militância dos católicos, acomodados e adormecidos, embalados pelo Padroado” (AHMJF apud PEREIRA, 2002, p. 68).

### 3. A TRAJETÓRIA DE JUSTINO JOSÉ DE SANT’ANA

Remontando a trajetória de Justino José de Sant’Ana, verificamos que seu nascimento aconteceu em Aramari<sup>4</sup>, distrito que antes pertencia à Alagoinhas (BA), em 12 de dezembro de 1878. Optou por seguir o sacerdócio após sua educação básica em escola Católica. Riolando Azzi (2000), nos apresenta brevemente a vida de Dom Justino e aponta que em 1898, ao completar vinte anos, o episcopo entrou para o Seminário Arquidiocesano de Salvador (BA), ordenando-se sacerdote em 1º de novembro de 1904. Em seguida, foi nomeado vigário no município de Saúde de Jacobino, sendo depois transferido para a Paróquia de Barracão e Nazaré. Foi promovido para a freguesia da Rua dos Passos em Salvador, em 1912. Na sequência, transferido para a freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras<sup>5</sup>, mais tarde anexada à diocese de Ilhéus, onde atuou como pároco entre 1912 e 1924 (RIBEIRO, 2022, p. 75).

Data de 9 de fevereiro de 1912, a posse de padre Justino José de Sant’Ana, cujo relatos de jornais locais presentes na dissertação de Oslan Costa Ribeiro

---

<sup>4</sup> Aramari foi elevada à categoria de município em 06 de setembro de 1961, se desmembrando do município de Alagoinhas, e instalado em 07 de abril de 1963.

<sup>5</sup> Criada juntamente com outras freguesias do Arcebispado da Bahia por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722) em 11 de abril de 1718. Instalada à época no lugarejo por nome Poxim. Em meados do século XVIII, por força dos constantes ataques dos indígenas Pataxó foi transferida sua sede para a foz do rio Patipe onde ela se encontra atualmente. A paróquia de São Boa Ventura, pertence atualmente à Diocese de Itabuna (cf. CAMPOS, 2006, p. 238).

(2022), apresentam muitos conflitos enfrentados pelo sacerdote à frente da então freguesia, que na época se apresentava em meio a uma sociedade secularizada.

Para o pesquisador, dom Justino conseguiu “contornar a letargia que contaminava os corações mais fervorosos da cidade, em apoio para a causa de uma nova matriz” (RIBEIRO, 2022, p. 83).

[...] os fortes e inúmeros apelos e exortações, através da imprensa local, para que os católicos tomassem consciência do estado deplorável em que se achava a antiga matriz, concitando-os e convidando-os a assumir a causa da construção do novo templo. A terceira e última benção da pedra fundamental ocorreu em 06 de junho de 1912, na festa de *Corpus Christi*. [...] Em novembro do mesmo ano, padre Justino funda a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, e publica na edição nº 670, de 24/11/1912, de o “Monitor do Sul”, o estatuto que ele mesmo elaborou (MACEDO; RIBEIRO, 2014, p. 115).

Ribeiro (2022, p. 83) nos conta que ainda na antiga igreja, o então padre Justino “foi esbofetado em plena Sexta-feira da Paixão”. Após esse fato ter chegado ao conhecimento do arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé da Silva, foi decretada a interdição canônica da antiga igreja matriz de Canavieiras por quase dois meses. Sobre o incidente de ataque ao sacerdote:

[...] foi verificado dentro da igreja cheia de fiéis, um grupo de rapazes “namoradores” que estavam fazendo parede a fim de coagir, senhoritas com as quais já havia um namorico em consenso, às escondidas dos pais das moças, obviamente, foi apontado o nome de Jachonías Bombinho entre os rapazes. Esse jovem estava acompanhando sua namorada na igreja, enquanto havia grande número de fiéis que se apertavam em filas no interior da nave, para irem venerar a imagem do Senhor Morto [...]. A sequência do relato do jornal, afirma que o tabelião Joaquim Ribeiro, pediu a Jachonías o lugar dele na fila – já que ele estava na fila por estar – para que o tabelião e sua família fossem beijar os pés da imagem do Senhor Morto, em sinal de veneração pela Sagrada Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Jachonías se irritou com isso, e o padre Justino interveio tentando acalmá-lo, pedindo com muita educação, para que ele deixasse as famílias se aproximarem do esquife do Senhor Morto, e o levando, segundo a fonte, “suavemente pelo braço o conduziu até a sacristia”. Jachonías sentiu-se humilhado e constrangido de sair assim, levado pelo braço por padre Justino na frente de sua namorada. O resultado foi que, Jachonías [...] chegando em casa de cabeça quente, voltou à antiga matriz, esperou o esvaziamento da igreja, e ficou à porta da sacristia do lado de fora da igreja, e, quando padre Justino ia saindo, Jachonías, transtornado, o surpreendeu pulando em cima do vigário ferindo seu rosto com um “banhado em

sangue o padre apenas murmura - mais soffreu Christo.” Jachonías foi pego por populares que ainda estavam aos arredores da antiga matriz, escapou deles, mas terminou preso (RIBEIRO, 2022, p. 83-84).

O relato do padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949, no livro de tombo paroquial, também comenta sobre a agressão sofrida por Justino em 1912.

Diga-se o que quiser, porém a voz do povo é a voz de Deus: depois que o Pe. Justino José de Sant’Anna foi esbofeteado dentro da Matriz no dia de sexta- feira da Paixão, indo para a Sacristia com o rosto lavado de sangue, nunca mais Canavieiras teve a satisfação de ter um vigário que se ambientasse e vivessem longos anos em seu seio (LIVRO DE TOMBO, vol. I, 1949-1960, p. 11).

Foi também na paróquia de Canavieiras que padre Justino desenvolveu o apostolado da imprensa, fundando e mantendo o periódico *A Verdade*, demonstrando, conforme Monsenhor Miguel Falabella<sup>6</sup>, a predileção do bispo pela comunicação (CASTRO, 2019).

Antes mesmo de lançar o próprio jornal da paróquia de São Boaventura em Canavieiras, o então padre Justino já escrevia em jornais locais, conclamando a população para a construção do novo templo e também contra o protestantismo já presente na cidade com a fundação da Igreja presbiteriana em 1906, e o início da construção de seu templo a partir de 1909.

A religião pede um altar, e o altar exige um templo; e vós, Cannavieirenses, não tendes um templo! que vergonha para nós!... A necessidade de um templo digno, em que se adore o Deus verdadeiro em Cannavieiras, se impõe de tal forma, que dispensa qualquer encarecimento. Apello pois, para vossos sentimentos de dignidade, de civismo, de religião; auxiliae ao vosso parochio em empreza tão grande! (MONITOR DO SUL, 1912, p. 2).

Para Ribeiro (2022), havia “um espírito de recalque do padre Justino com os presbiterianos”, que já estava construindo “um belo templo próprio em uma das principais vias urbanas da cidade, enquanto ele, implorava aos católicos (RIBEIRO, 2022, p. 86).

---

<sup>6</sup>Nascido em 29 de junho de 1931, era o padre mais antigo de Juiz de Fora, único vivo da época de Dom Justino. Monsenhor Miguel Falabella, morreu às 23h30 do dia 23 de novembro de 2020, na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, em decorrência da Covid-19.

Em 1924, um dia antes de começar as novenas de São Boaventura, em 4 de julho, padre Justino ficou sabendo de que foi eleito pelo Papa Pio XI para ser o primeiro bispo da recém-criada diocese de Juiz de Fora.

#### **4. AS AÇÕES EPISCOPAIS DE DOM JUSTINO FRENTE AOS ASPECTOS SECULARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM JUIZ DE FORA**

A sagração episcopal de Dom Justino ocorreu no Convento dos Franciscanos do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1925 (AZZI, 2000), mas a instalação canônica da diocese de Juiz de Fora só ocorreu em 1º de fevereiro, com a chegada de Dom Justino (ARQUIDIOCESE, 2011).

A chegada de Dom Justino, vindo do Rio de Janeiro para Juiz de Fora é descrita por Azzi (2000)

[...] Na praça João Penido, junto à estação ferroviária, o bispo foi aclamado por uma multidão que o aguardava, recebendo em seguida as boas vindas das autoridades civis, militares e eclesiásticas. No salão nobre da Associação Comercial revestiu-se dos paramentos pontificais, seguindo em cortejo para a nova sé episcopal [...]. Espalhada pelas calçadas das ruas, a multidão atirava flores, pétalas e papel colorido. A banda militar fechava o cortejo, atrás da qual se apinhavam as pessoas, até a entrada na igreja de Santo Antônio, agora transformada em catedral. Após o ritual de posse do novo bispo diocesano [...], a sociedade local ofereceu um banquete ao bispo no salão nobre do Clube Juiz de Fora, enquanto o povo permanecia nas ruas iluminadas, e a banda militar tocava no Parque Halfeld. Realizava-se na cidade a chegada de um príncipe da igreja, digno de todo o respeito por parte do povo e das demais autoridades; era essa a imagem criada pelo evento (AZZI, 2000, p. 199).

Podemos observar o prestígio social de Dom Justino ainda quando padre em Canavieiras, na fundação da Associação das Senhoras Auxiliadoras para a construção da nova igreja matriz de São Boaventura. Faziam parte do grupo senhoras da elite e de famílias da oligarquia local (RIBEIRO, 2022).

Aspectos observados na literatura juiz-forana, nos apresentam traços do episcopado de Dom Justino, que tinha como lema: *O Senhor é a minha fortaleza*. Os impressos *O Lampadário* e *Lar Católico*, são publicações da Igreja onde encontramos várias diretrizes aplicadas pelo bispo, principalmente em relação à formação moral dos fiéis juiz-foranos. As tendências papais instruíam as ações de

diversos prelados do mundo no intento de que a Igreja estivesse mais próxima da sociedade, objetivando a recuperação de sua autoridade frente à secularização (BEOZZO, 1981).

Destacamos em nosso trabalho, mais especificamente, a criação do *Seminário Santo Antônio*, a realização do *Sínodo Diocesano* e dos *Congressos Eucarísticos Diocesanos*, principais traços do episcopado em questão (AZZI, 2000). Como terceiro traço, de relevância, apresentamos o jornal impresso *O Lampadário*.

Por imposição da Santa Sé ao estabelecer uma nova circunscrição eclesiástica, obrigava-se a construção de um Seminário. Assim, como o grande empreendimento da administração episcopal de Dom Justino, foi a construção do Seminário Santo Antônio, inaugurado em 1º de março de 1926. Nos moldes de outros centros de formação sacerdotal, o seminário juiz-forano se situava em um jardim fechado, o “jardim dos eleitos”. Um local sagrado, onde os integrantes escolhidos por Deus são recolhidos “para serem os seus futuros ministros; ali recebem a formação necessária sob a orientação de mestres competentes, aos quais é devida total submissão e obediência” (AZZI, 2000, p. 248).

O Seminário Santo Antônio, previsto na bula de criação da Diocese dois anos antes, conforme Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), era a “menina dos olhos de Dom Justino”, recebendo maior empenho episcopal para sua fundação e manutenção. A historiadora Beatriz Dias Miranda (1996), lembra como se dava a iniciação dos seminaristas.

Os alunos chegavam novos ainda, em torno dos 11 anos, e eram entregues por suas famílias aos cuidados dos padres formadores. [...] O que formava o padre eram as regras, o modelo, e o que formava a pessoa eram a disciplina e a piedade. Além disso, não saíam do seminário, não havia contato com o mundo exterior (CAMURÇA, 1996, p. 41).

Observamos que o espaço de formação sacerdotal tinha como finalidade, criar uma casa fechada à influência do mundo externo e controlada pelos dirigentes e professores, numa analogia aos quartéis militares onde prevalecia o clima de ordem e disciplina, como descrito em chamada publicada n’*O Lampadário*: “Os alunos não podem receber de fora, nem ter consigo livros, jornais ou revistas nem quaisquer outros objetos, sem a autorização expressa do reitor. A correspondência epistolar, ativa e passiva, é fiscalizada pela reitoria” (O LAMPADÁRIO, 1926).

Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), crismado por Dom Justino e único sacerdote vivo até 2020, se ordenou em 1954 pela imposição do bispo. Falabella recorda que aos nove anos ao saber que tinha ficado órfão de mãe, e que estava prestes a entrar na Congregação de Dom Orione, propôs a seu pai que fosse para o Seminário Santo Antônio. Questionado pelo pai, em relação a uma bolsa para Falabella entrar no Seminário, Dom Justino respondeu prontamente: “Está concedida”, recordou Monsenhor, afirmando que o epíscopo marcou sua vida (CASTRO, 2019).

Quanto à realização do primeiro *Sínodo Diocesano* e dos *Congressos Eucarísticos*, notamos a forte abrangência de tais eventos promovidos por Dom Justino. Para a pesquisadora em educação Vanessa Barbosa Leite Ferreira (2010), a realização de Congressos pelo país, se explica pelo fato de que depois do advento da República, a Igreja sentiu-se traída e excluída em relação de igualdade com as outras denominações religiosas (FERREIRA, 2010, p. 62).

No Sínodo Diocesano de 1950, por exemplo, o documento sinodal alertava entre vários temas, à educação católica, a relação entre clérigos com o sexo feminino, e as outras denominações religiosas. Em analogia aos padres e as mulheres, observamos:

Abstenham-se os clérigos de manter mulheres quaisquer familiaridades, ainda que justificadas por motivos legítimos, como ensino de canto, escrituração paroquial, arranjo de igrejas e outros maximamente, se sacerdotes, em se tratando de suas penitentes ou dirigentes espirituais.  
[...] Quando viajarem, não conduzam senhoras em sua companhia, exceto sua mãe, suas irmãs reconhecidas como tais, por onde houverem de passar<sup>7</sup>.

Em relação às outras denominações, em especial às evangélicas, Dom Justino pedia aos sacerdotes, no *Documento Sinodal*, que educassem seus fiéis para que os mesmos evitassem participar de qualquer ocasião em que estivessem os protestantes.

Os pastores da alma alertem os fiéis e os imunizem contra a atividade aberta ou disfarçada dos agentes das seitas protestantes disseminadas nesta Diocese, maximamente dos metodistas, dos batistas, dos adventistas, dos testemunhas de Jeová, da Assembléia

---

<sup>7</sup> Sínodo Diocesano - 1950 - Art. 21-24.

de Deus e da igreja nacional brasileira, os quais dispõem ampla e insidiosa propaganda em todo o país<sup>8</sup>.

Sabemos por Azzi (2000) que Dom Justino, que havia participado do *Congresso Eucarístico Nacional*, realizado em Salvador (BA), em 1933, convidava os fiéis juiz-foranos a acompanharem a manifestação de fé no evento baiano. Assim também o fez para o congresso realizado em Belo Horizonte (MG), em 1936.

Com intuito de preparar os católicos de Juiz de Fora para o terceiro encontro nacional realizado em 1939, na cidade de Recife (PE), Dom Justino organizou de 14 a 18 de junho de 1939, o *Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano*, com apoio de autoridades civis e militares.

Essa união significava respeito e amor à pátria e à Igreja Católica, como demonstrado no hino do congresso, da autoria de Lindolfo Gomes (AZZI, 2000): “Não temamos o humano respeito / o Brasil veneramos e o Altar / Que o Brasil tem a Cristo no peito / Jamais dele se quer separar”.

A realização dos *Congressos Eucarísticos Diocesanos*, mobilizou milhares de fiéis da cidade, demonstrando mais uma vez a autoridade e penetração das convocações episcopais feitas por Dom Justino. O primeiro *Congresso* foi realizado entre os dias 14 e 18 de junho de 1939. As solenidades públicas aconteceram na praça de desportos, cedida pelo Alto Comando da Quarta Região Militar, contígua à praça Doutor Antônio Carlos. Segundo Azzi (2000), “a celebração do congresso devia colocar em evidência para a população e as autoridades de Juiz de Fora a presença e a força da instituição católica dentro da vida social” (AZZI, 2000, p. 310).

Verificamos na obra do Cônego Maximiliano de Oliveira (1976, p. 106), o trecho da carta pastoral de Dom Justino que apresenta a logomarca e o convite à sociedade juiz-forana para o *Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano*, a que Dom Justino se refere como evento “eminente social”.

No dia 1º de maio em que todo mundo comemora a festa do trabalho, tivemos o prazer de falar da participação de todos os trabalhadores nesta assembléia eminentemente social, que é o Congresso Eucarístico. O Congresso Eucarístico vai realizar-se na cidade do trabalho. Juiz de Fora, o orgulho de possuir este título: ‘cidade do trabalho e da instrução’ (OLIVEIRA, 1976, p.106-108).

---

<sup>8</sup> Sínodo Diocesano - 1950 - Art. 178-179.

No dia 27 de maio de 1950, por ocasião das solenidades do centenário de Juiz de Fora, realizou-se o *Segundo Congresso Eucarístico* que se encerrou no dia 31, data de comemoração do aniversário da cidade.

Segundo Azzi (2000), o evento era mais uma tentativa de evidenciar a presença da Igreja Católica na sociedade juiz-forana através de grandes rituais religiosos em espaços públicos. Dom Justino julgava-se no dever e no direito de participar ativamente nas comemorações centenárias, daí tomava iniciativas próprias (AZZI, 2000, p. 311).

Esse Congresso representou o mais significativo momento da influência da Igreja Católica, que acreditava ser dela a responsabilidade de conduzir a cidade ao verdadeiro progresso, como enfatizado no trecho do hino, composto por J.C.B: “Juiz de Fora! Que as tuas vitórias / Se conquistem à sombra da cruz! E te seja a mais pura das glórias / Conservar tua fé em Jesus!” (AZZI, 2000, p. 312).

Além da imprensa católica, a imprensa laica divulgou a grande manifestação de católicos no Congresso. No jornal *Diário Mercantil* (1950), encontramos a referência ao Congresso na matéria *A Igreja no Centenário de Juiz de Fora*.

Dentre as numerosas solenidades com que se comemoram o nosso centenário, não se podem ter passado despercebidas as solenidades do segundo Congresso Eucarístico Diocesano, um espetáculo de fé cristã, que marcou indelevelmente o importante papel desempenhado pela Igreja Católica no nosso meio (DIÁRIO MERCANTIL, 1950).

Segundo Azzi (2000, p. 308), as manifestações públicas demonstravam a força da Instituição através da participação de um grande número de fiéis; reafirmava a hegemonia da fé católica marginalizando as outras denominações religiosas; demonstrava a força política vinculada na numerosa aglomeração, advertindo ao governo nacional que deveria ajustar suas ações sob a orientação da doutrina católica; e mostravam que o país deveria se transformar num território verdadeiramente cristão (AZZI, 2000).

Em relação ao jornal *O Lampadário*, veículo da *boa imprensa*, incentivava seus leitores a apoiarem os periódicos voltados à divulgação dos ideais católicos. Nesse sentido,

[...] o gerente Antenor Mota fazia um apelo para que os católicos amparassem a “boa imprensa”. Por seu turno, o publicista Onofre de Andrade também declarava: “nós católicos nos descuidamos, às

vezes, do dever de auxiliar a imprensa para que defenda as nossas ideias (AZZI, 2000, p. 283).

Conforme Azzi (2000), como as diretrizes para a vida moral e social do país eram marcadas pela Igreja, era necessário que as pessoas também tivessem o conhecimento sobre o que acontecia dentro da instituição, ou seja, era necessário também entender o funcionamento da Igreja.

Já na primeira edição do impresso, em 1º de março de 1926, verificamos seu objetivo de circulação e sua oposição em relação à publicação de matérias polêmicas que, conforme o editorial, “[...] arruinam e matam, promovendo o mal e não o bem da sociedade que desejamos acima de tudo” (O LAMPADÁRIO, 1926, p. 1). Assim, o periódico se dispunha a

E, assim, respigando aqui e acolá, nos livros, nos jornais, na vida comum, um exemplo, uma lição, um conselho, um aviso, uma ideia luminosa. *O Lampadário* irá levando a todos aos naufragos do mundo, batido das tempestades do século, o porto feliz a posse tranquila da suprema bem aventurança (O LAMPADÁRIO, 1926, p.1).

O subtítulo *Pro Deo et Patria*, traduzido para o português: *Por Deus e pela Pátria*, reforçava uma conotação apologética do jornal, “[...] em defesa da doutrina e da organização católica, em fase de afirmação no país” (AZZI, 2000, p. 283). Este emblema, na verdade, juntamente com a opinião do redator chefe, Glicério Lino de Sant’Ana, resumia o que era publicado n’*O Lampadário*, que recebia pouca colaboração das lideranças católicas da cidade. Preocuparam-se em construir um discurso em nome de Deus e em defesa da pátria, dirigindo-se à legitimação e dando ao público leitor a ideia de aliança entre Igreja e governo.

Embora recebesse notícias vindas das paróquias e de seus sacerdotes, assim como de outros periódicos religiosos da época, *O Lampadário* se pautava pela opinião do editor, definida como o julgamento que se fazia “sobre determinado problema ou questão o grupo de elite” (BELTRÃO, 1980, p. 19) que mantinha o veículo, neste caso, a Igreja Católica.

*O Lampadário* era publicado semanalmente, em quatro páginas de formato pequeno, contudo, a partir de 28 de agosto de 1927, passou a ser impresso em tamanho tabloide (AZZI, 2000, p. 284). Compunham o jornal artigos: não assinados, sob a responsabilidade do corpo editorial, assinados e alguns pagos. O impresso

vendido por meio de assinaturas era composto, em suas edições pesquisadas, por colunas especialmente de cunho eclesial, mas também por matérias e artigos relacionados à cidade, ao estado, ao país e às outras nações, além de mensagens religiosas e do evangelho da semana.

Nas edições cinquenta e cinquenta e três, encontramos novamente a foto do bispo de Juiz de Fora. A manchete da primeira era intitulada *O anjo da Diocese de Juiz de Fora* e apresentava o primeiro ano do episcopado de Dom Justino, já a segunda capa, fazia referência ao ano inicial de circulação d'*O Lampadário*, fundado pelo bispo.

É também a partir de janeiro de 1927 que o jornal passa a publicar publicidades e colunas de temas que mais interessavam à Igreja, em relação a sua orientação e regulação social. As colunas eram: *Notas e Notícias, Perseguição religiosa no México, A moda, Senhorita: A moda, Imperialismo e Protestantismo, Evangelho, Pelo Ensino Religioso*, a nota *O Seminário e Governo Diocesano*, esta última apresentando notícias internas da Igreja, referentes à Cúria Metropolitana e ao Clero local.

Notamos a preocupação editorial em relação ao sexo feminino a partir das duas colunas destinadas ao enquadramento das mulheres na sociedade. O Ensino Religioso e o protestantismo, presentes em colunas específicas do periódico representa outra apreensão da Igreja, levando-nos a constatar os assuntos mais visados pelo jornal.

Em janeiro de 1956, com a autorização episcopal, a direção d'*O Lampadário* foi entregue a Federação das Congregações Marianas, e logo após a morte de Dom Justino, o segundo bispo local, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido cogitou a possibilidade de troca do nome do impresso.

apesar de que em 1958, o bispo Geraldo Maria, que já havia assumido a diocese após a morte de Dom Justino, escreveu uma matéria mostrando que era do desejo de muitos leitores que o jornal mudasse de nome. O argumento era que o nome em vigor era dotado de pouca expressividade e não possuía grande aceitação, então, apesar dos leitores reconhecerem o valor do jornal e de seu fundador, consideravam que a mudança de nome conduziria o jornal a uma nova fase, mais madura, de modo a mostrar maior adaptação aos tempos (SAMPAIO, 2007, p. 41).

*O Lampadário* foi extinto em 05 de janeiro de 1969, pela Comissão de

Administração da Arquidiocese, quando se transformou em boletim do jornal *O Lar Catholico*, até 1973 (ARQUIDIOCESE, 2020).

Sampaio (2007), acredita que Dom Justino representou um período de fortalecimento da Igreja em Juiz de Fora

Durante o seu governo houve um fortalecimento entre a igreja e o poder político bem como se deu uma maior aproximação entre o clero e o exército. Através da atuação do laicato, a Igreja ganhou maior visibilidade na vida social de Juiz de Fora. No que tange a valorização da moral, a defesa dos valores tradicionais foi mantida pela hierarquia eclesiástica, que buscou impedir grandes mudanças no “código ético” que eram incentivadas por aqueles que defendiam os valores modernos. Outra marca de sua atuação foi a organização de congressos eucarísticos diocesanos, em 1939 e em 1950, que se tornaram uma forma de demonstrar a força da Igreja em Juiz de Fora, [...] especialmente o de 1950, feito para coincidir com as comemorações do centenário da cidade (SAMPAIO, 2007, p. 32-33).

Já Castro (2019) nos afirma que Dom Justino “foi um Bispo muito presente, muito presente... Ele não passava um domingo sem ir a uma paróquia. Não ficava só na Catedral não. Eu diria, parece que ele antecedeu Papa Francisco, a igreja em saída” (CASTRO, 2019).

Em 09 de julho de 1958, os veículos de comunicação noticiaram a morte de Dom Justino José de Sant’Ana, vítima de um colapso cardíaco, três meses antes do falecimento do Papa Pio XII. Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), no entanto, acredita que o bispo morreu em decorrência das complicações de um câncer intestinal, que na época não era noticiado e não previa de tratamento “avançado” como nos dias de hoje. Dom Justino é o único cujos restos mortais estão na Capela da Ressurreição da Catedral Metropolitana. Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), acrescenta que Dom Justino “foi um Bispo muito presente, muito presente... Ele não passava um domingo sem ir a uma paróquia. Não ficava só na Catedral não”. Eu diria, parece que ele antecedeu Papa Francisco a igreja em saída (FALABELLA, 2019).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que o episcopado de Dom Justino significou para cidade um avanço do catolicismo e sua presença junto a sociedade local, através da fundação do Seminário, da comunicação social através da imprensa e da sua presença como Bispo.

Se nos basearmos apenas na abordagem sob a religião como fato eminentemente social, vamos notar que nossa análise pode cair no reducionismo, por isso, sem nos esgotarmos no tema, apresentamos apenas uma das possibilidades de análise do episcopado de Dom Justino, como exemplo de outros no país, de fundamental importância para a reaproximação da Igreja com a sociedade.

Tentamos demonstrar que Juiz de Fora, mesmo atraída por ideias cosmopolitas, com avanços industriais e culturais, sempre manteve sua mentalidade conservadora, permeada por traços do catolicismo, que até os dias atuais mantém raízes na cidade e muitas vezes dificulta seu crescimento.

Inicialmente propomos utilizar o termo “restauração”, para qualificar o primeiro bispado da cidade, entretanto, vimos no meio de nossa pesquisa que Dom Justino seria um Bispo entre a o período de Romanização e Restauração, já que carregava muito das ideias romanizadoras. Achamos que nossa pesquisa nos coloca em diálogo com outras análises, para que talvez, mais adiante se possa chegar a um consenso sobre a real influência da Igreja Católica em Juiz de Fora na primeira metade do século XX.

### Referências

- ÁLBUM Juiz de Fora em 2 Tempos. Juiz de Fora, Esdeva Empresa Gráfica, 1996.
- ARQUIDIOCESE de Juiz de Fora. **Juiz de Fora: nossa História é de fé, nossa igreja tem arte.** Dos Primórdios ao Jubileu áureo da Arquidiocese. Juiz de Fora, 2011.
- AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal:** A Igreja católica em Juiz de Fora (1850-1950). Juiz de Fora, Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.
- BEOZZO, José Oscar. **Pe. Júlio Maria.** In: História da Teologia na América Latina. São Paulo, Ed. Paulinas, 1981, p. 118.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado.** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A dessecularização do mundo:** uma visão global. Religião e Sociedade, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os múltiplos altares da modernidade.** Rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “Juramento de fidelidade à Igreja”: controle do rebanho face às ameaças do “lobo voraz” espírita! In: Miranda, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado. **Memórias eclesiais:**

Documentos Comentados. Juiz de Fora: centro de Memória de Igreja de Juiz de Fora.

CASTRO, Miguel Falabella de. Entrevista concedida à Rosiléa Archanjo de Almeida. Para a Dissertação. Juiz de Fora. 2019.

DIÁRIO Mercantil, Ano XXXIX, nº 11270, 28 de maio de 1950.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo, Paulinas, 1989.

LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS (DIOCESE DE ILHÉUS, BAHIA), Vol. 1, 1949 - 1960.

MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. **Debates do NER**, vol 1, nº 32, 2018 (no prelo).

\_\_\_\_\_. MONTERO, Paula. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. **Religião e Sociedade**, vol. 32/1, 2012.

OLIVEIRA, F. Max de. **Sinais da igreja no Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1976. Vol II.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e reforma católica ultramontana da igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000142.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2018.

RIBEIRO, Oslan Costa. **A elite eclesiástica através da imprensa: reivindicações da Igreja diante do movimento do progresso urbano e da secularização na cidade de Canavieiras – Bahia (1903-1913)**. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/24986/1/OSLAN%20COSTA%20RIBEIRO%20e2%80%93%20DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20%28PPGH%29%202022.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2022.

RIBEIRO, Oslan Costa; MACEDO, Janete Ruiz de. Padre Justino José de Sant’Anna e a construção da nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1912-1924). In: **XXV Ciclo de Estudos Históricos: Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia**. CADERNO DE RESUMOS. Ilhéus-BA: UESC/DFCH, 10 a 12 de novembro de 2014. 205 p.

SAMPAIO, Dilaine Soares. **De fora do terreiro: o discurso católico e kardecista sobre a umbanda entre 1940 e 1965**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora (MG), 2007, 225 p.

VIÇOSO, Antônio Ferreira. **Pastoral**. Mariana, 01/08/1873, p. 2.

YAZBECK, Lola. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

# REVISTA CIENTÍFICA

---

# SOPHIA

V. 1  
ISSN: 2127-2311  
ISSN: 2317-3170  
N.01

2023

## FAÇA PARTE DESTA COMUNIDADE SEJA UM AVALIADOR VOLUNTÁRIO

ACESSE: <http://ojs.avantis.edu.br/index.php/sophia>

SELECIONE A OPÇÃO CADASTRO

PREENCHA TODOS OS SEUS DADOS E SELECIONE A OPÇÃO:

Sim, eu gostaria de receber solicitações para avaliar submissões para esta revista.  
PRONTO! AGORA VOCÊ PODERÁ AVALIAR E FICAR POR DENTRO DO  
QUE HÁ DE MAIS ATUAL NA COMUNIDADE CIENTÍFICA

+ DE 2000 ACESSOS POR MÊS DE  
DIFERENTES LOCAIS DO GLOBO

Indexadores | Diretórios | Bases de dados



BASE



DORA



Academia.edu

ORCID

stands for  
Open Researcher and Contributor ID

zenodo

